

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Isabella Corradi dos Santos

**A TRAJETÓRIA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS EM  
MINAS GERAIS: UM REGISTRO NO CONTEXTO ESTADUAL E NACIONAL**

Belo Horizonte

2021

Isabella Corradi dos Santos

**A TRAJETÓRIA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS EM  
MINAS GERAIS: UM REGISTRO NO CONTEXTO ESTADUAL E NACIONAL**

Trabalho apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Orientadora: Flávia de Paula Duque Brasil

Belo Horizonte  
2021

S237t Santos, Isabella Corradi dos.  
A trajetória de institucionalização das políticas culturais em Minas Gerais [manuscrito] : um registro no contexto estadual e nacional / Isabella Corradi dos Santos. – 2021.  
[12], 66 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2021.

Orientadora: Flávia de Paula Duque Brasil

Bibliografia: f. 79-82

1. Cultura – Minas Gerais. 2. Política cultural – Minas Gerais. 3. Secretaria de Estado de Cultura – Minas Gerais. I. Brasil, Flávia de Paula Duque. II. Título.

CDU 008(815.1)

Isabella Corradi dos Santos

A trajetória de institucionalização das políticas culturais em Minas Gerais: um registro no contexto estadual e nacional

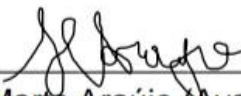
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Administração Pública.

**Aprovada na Banca Examinadora**



---

Prof.Dra. Flávia de Paula Duque Brasil (Orientadora) – Fundação João Pinheiro



---

Prof.Dra. Maria Marta Araújo (Avaliadora) – Fundação João Pinheiro



---

Prof.Dr. Ricardo Carneiro (Avaliador) – Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2021

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo traçar a trajetória de institucionalização da política cultural de Minas Gerais, usando seus marcos institucionais a partir da criação da Secretaria de Estado da Cultura. Para isso, o trabalho apoia-se em contribuições do neoinstitucionalismo, na vertente histórico-cultural, especificamente nos conceitos de “trajetória” e de “institucionalização”, considerando, ainda, a perspectiva de “desinstitucionalização”, que se mostra relevante devido ao caráter descontínuo da política em foco. Além da discussão teórica, tendo em vista contextualizar o caso da política estadual, aborda-se a política de cultura federal em seus principais marcos que enquadram as políticas subnacionais.

Para além desta revisão bibliográfica sistemática, a metodologia empregada envolveu levantamentos documentais na Secretaria Estadual de Cultura e na Assembléia Legislativa de Minas Gerais e entrevistas semiestruturadas com atores-chave na trajetória institucional da política cultural mineira. Destaca-se que são relativamente escassos os estudos voltados para a abordagem de políticas públicas culturais no âmbito dos estados e, especificamente, no caso mineiro de forma que, postos os limites do caso, a pesquisa pretende contribuir para esse campo de estudos.

O trabalho se divide em seis capítulos, a começar da introdução, seguida de uma revisão teórica dos conceitos de institucionalização e trajetória na perspectiva histórica do neoinstitucionalismo, das mudanças em políticas públicas e de *policy dismantling*. O terceiro capítulo se ocupa de apresentar os aspectos metodológicos da pesquisa, que tem abordagem qualitativa com fins exploratório e descritivo. No quarto capítulo é apresentada a trajetória da política cultural em nível nacional e no quinto reconstituída e analisada a trajetória da política cultural do estado de Minas Gerais, cotejada com a da política nacional. Por fim, o sexto capítulo apresenta as considerações finais do estudo e indica possíveis caminhos para pesquisas futuras no tema.

**Palavras chave:** política cultural; política cultural de Minas Gerais; trajetória; institucionalização; marcos institucionais; desmonte.

## ABSTRACT

This research aims to trace the trajectory of institutionalization of cultural policy in Minas Gerais, using its institutional frameworks from the creation of the State Secretariat for Culture. For this, the work is supported by contributions from neoinstitutionalism, in the historical-cultural aspect, specifically in the concepts of "trajectory" and "institutionalization", also considering the perspective of "deinstitutionalization", which is relevant due to its character discontinuation of the policy in focus. In addition to the theoretical discussion, with a view to contextualizing the case of state policy, the federal cultural policy is approached in its main landmarks that frame subnational policies.

In addition to this systematic bibliographical review, the methodology used involved documentary surveys at the State Department of Culture and the Legislative Assembly of Minas Gerais and semi-structured interviews with key actors in the institutional trajectory of Minas Gerais cultural policy. It is noteworthy that there are relatively few studies aimed at addressing cultural public policies within the states and, specifically, in the case of Minas Gerais, so that, given the limits of the case, the research intends to contribute to this field of studies.

The work is divided into six chapters, starting with the introduction, followed by a theoretical review of the concepts of institutionalization and trajectory in the historical perspective of neoinstitutionalism, changes in public policies and policy dismantling. The third chapter is concerned with presenting the methodological aspects of the research, which has a qualitative approach with exploratory and descriptive purposes. In the fourth chapter, the trajectory of cultural policy at the national level is presented, and in the fifth, the trajectory of cultural policy in the state of Minas Gerais is reconstituted and analyzed, compared with that of national policy. Finally, the sixth chapter presents the study's final considerations and indicates possible paths for future research on the subject.

**Key words:** cultural policy; Minas Gerais cultural policy; trajectory; institutionalization; institutional frameworks; dismantling.

## LISTA DE TABELAS

Quadro 1- Levantamentos bibliográfico e documental das políticas culturais mineiras	28
Quadro 2- Relação dos entrevistados	31
Quadro 3- Sistema Estadual de Cultura	70

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	POLÍTICAS PÚBLICAS E TRAJETÓRIAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO	19
2.1	Neoinstitucionalismo, trajetória das políticas públicas e mudanças	21
2.2	Desmantelamento de políticas públicas	23
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	25
4	BREVE TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	33
4.1	Marcos institucionais da política cultural brasileira: da era Vargas a 1985	34
4.2	Redemocratização e trajetória das políticas culturais: avanços e retrocessos	39
4.3	Os governos Lula e Dilma: ampliação das políticas e inovações institucionais	41
4.4	De Temer a Bolsonaro: processos recentes de desmantelamento	47
5	A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE CULTURA EM MINAS GERAIS	49
5.1	A Secretaria de Estado de Cultura como marco de institucionalização da política cultural e continuidades	52
5.2	Consolidação e ampliação da política cultural a partir de 2003	58
5.3	Continuidades e descontinuidades no contexto recente	64
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS	71

## 1 INTRODUÇÃO

Os direitos culturais se colocam no rol dos direitos humanos, no Art. 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, conquistados a partir de lutas sociais endereçadas à igualdade (MATA-MACHADO, 2007). De modo a fazer valer este direito, ocorreu no mundo um movimento de institucionalização das políticas culturais por parte dos Estados que, antes do pós-guerra, atuavam apenas por meio de ações isoladas no campo da cultura (CALABRE, 2007). Um marco internacional no sentido da institucionalização de uma política cultural foi a criação do Ministério de Assuntos Culturais da França no ano de 1959.

No Brasil, o marco normativo central no reconhecimento dos direitos culturais é a Constituição Federal de 1988 (CF-88). Em seu art. 215, o texto constitucional reconhece o direito à cultura e aponta para o papel do Estado, estabelecendo que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais,” apontando para as políticas culturais, sem fazer distinção de competência entre os entes. Nesse sentido, o art. 23 da CF-88 estabelece como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: “proporcionar os meios de acesso à cultura” (BRASIL, 1988), bem como proteger o patrimônio cultural e outros bens de valor histórico, artístico e cultural.

Na Constituição Federal de 1988 não está prevista uma definição objetiva da cultura, porém se reconhece e se inscreve as manifestações populares e de diferentes grupos étnicos como cultura no parágrafo primeiro do Art. 215, em um aceno à abordagem antropológica da cultura. Nesse sentido, como país membro das Nações Unidas, o país reconheceu a partir de 1982, com a Declaração do México sobre políticas públicas culturais, a ampliação da cultura para além das artes e das letras, se estendendo aos modos de vida, à linguagem e às tradições, em uma abordagem antropológica do termo. Entretanto, de acordo com Urfalino (2004 *apud* CALABRE, 2007), é por meio do estudo das políticas culturais de um Estado que é possível identificar a ideologia cultural que este assume no tempo, e não somente a partir do que está previsto na letra da norma.

Institucionalmente no Brasil, os avanços iniciais no campo da política cultural datam da década de 1930. Nesse período houve a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, que permanece ainda hoje na forma do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e também do Conselho Nacional de Cultura, no ano de 1938. Porém, foi apenas em 1985 que o primeiro Ministério da Cultura foi criado, reunindo as ações e as entidades públicas voltadas à cultura. Sua trajetória desde então é marcada por reveses e descontinuidades. Cinco anos após ser criado foi extinto no governo Collor e criado novamente em 1992 por Itamar Franco; em 2016 foi novamente extinto na gestão de Temer, mas em seguida recriado, e em 2019, com Bolsonaro à frente da presidência, é reduzido a Secretaria Especial de Cultura e alocado no Ministério do Turismo.

Essa trajetória da política cultural na União é documentada e tem sido analisada no campo de estudos em cultura no Brasil por alguns autores como Calabri, Rubim e Barbalho . As trajetórias em nível federal das políticas culturais são objetos de pesquisa recorrentes na área. Exemplo disso são as produções de autores relevantes da área no país, feitas para o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), da Universidade Federal da Bahia. Os estudos publicados reúnem diferentes abordagens sobre o tema e se valem, em grande medida, das reconstituições históricas da política federal para as análises que realizam. Existem produções que tratam de maneira detalhada as políticas nacionais por período de governo, a partir de diferentes perspectivas de análise, com foco em suas estruturas e seus instrumentos.

Contudo, é importante apontar a “escassez de trabalhos acadêmicos e práticos especificamente sobre a temática de políticas públicas de cultura em Minas Gerais.” (VITÓRIA *et al.*, 2015, p.210). Foram poucas as publicações encontradas até então que tratam do histórico e da trajetória da política cultural mineira ao longo dos anos. Além disso, também não se identificou na Secretaria de Estado de Cultura e Turismo uma memória sócio institucional do órgão, que reúna as políticas anteriores e as políticas vigentes ou mesmo que documente o histórico de atuação da própria Secretaria de Estado.

À luz do novo institucionalismo em sua vertente histórica, entende-se que as políticas executadas no passado modelam as políticas posteriores a elas, ou, ainda, subordinam as políticas do presente, na medida em que definem as preferências da sociedade na área a qual se direcionam. Sendo assim, o conhecimento da trajetória é de grande relevância para se compreender o presente e também o futuro das políticas culturais do estado.

A abordagem da institucionalização é central para se analisar essa trajetória. Isso porque esta chave refere-se a um processo envolvendo as relações sociais entre as pessoas nas instituições, o que acaba por delimitar suas possibilidades de ação (ZUCKER, 1938 *apud* POWELL; DIMAGGIO, 1991, p.8-9). Dessa forma, o processo de institucionalização demarca o universo possível de atuação do Estado, seja em relação aos recuos ou aos avanços a serem feitos.

Além disso, entende-se ainda que as políticas estaduais de cultura possam ser também influenciadas pelas políticas culturais de nível nacional. De acordo com Maia (2008), no modelo federalista consolidado no Brasil a partir da Constituição Cidadã, o governo federal passou a desempenhar a função de normatizar e induzir as políticas intergovernamentais, mesmo com as variações de nível de coordenação, que no caso das políticas culturais não chega a ser expressiva e consolidada como nas áreas de saúde, educação e assistência social. Para a autora existe no país uma tendência de coordenação fraca (MAIA, 2008) e pode-se considerar, até mesmo notadamente conflituosa entre os entes federados, no contexto do federalismo Bolsonarista (ABRÚCIO et al, 2020).

Essas variações afetam diretamente as políticas, porém em níveis diferentes a depender do nível de coordenação intergovernamental que elas dispõem. Nos casos em que existe alto grau de cooperação, os governos subnacionais possuem baixa autonomia em relação à condução da política, ficando estas sujeitas às diretrizes nacionais. Por outro lado, aquelas com menor nível de cooperação, possibilitam aos governos locais ter maior autonomia decisória em relação às decisões nacionais referentes a elas (MAIA, 2008).

Contudo, de acordo com Cunha Filho (2013), o sistema federativo brasileiro tem caráter cooperativista, de ajuda mútua e responsabilidades definidas pela norma supralegal que concentra funções na União; de modo que o ente

nacional é, no Brasil, um agente de indução do comportamento político e administrativo dos outros entes. Um exemplo disso na política cultural é o Plano Nacional de Cultura. Sua criação em 2010 se deu com a finalidade de articular e fomentar as políticas culturais em todo o país, de forma a criar um direcionamento para a atuação dos diferentes entes na área da cultura.

Nesse sentido, destaca-se que houve um notável esforço de criação de uma política nacionalmente coordenada para a área da cultura no país, a partir dos primeiros anos de governo PT por meio do Sistema Nacional de Cultura. Porém, sabe-se que os resultados esperados de criação de diretrizes nacionais para a condução desta política não foram alcançados. No nível estadual, apesar da já mencionada produção escassa e da dispersão das informações a respeito da política cultural, foi possível verificar que a política de cultura em Minas Gerais avançou com os próprios esforços em alguns momentos de sua história, de forma nem sempre alinhada à política nacional. Exemplo disso é a resistência do estado em aderir ao Sistema Nacional de Cultura, sob a justificativa de falta de clareza do governo federal quanto às regras e montantes de repasse de recursos.

Considerando esses pontos, com o desenvolvimento da pesquisa pretende-se responder como a política de cultura no estado de Minas Gerais tem se institucionalizado a partir da criação da Secretaria Estadual de Cultura em 1983. Secundariamente indaga-se sobre a possível influência ou autonomia em relação à política nacional.

Para isso, entende-se aqui política cultural enquanto um conjunto de investimentos do Estado direcionados às atividades artístico-culturais ou simbólicas de uma sociedade, que envolve:

tanto o arcabouço jurídico de tributos incidentes, de incentivo, e proteção a bens e atividades, quanto, de maneira concreta, a ação cultural do Estado, frequentemente seletiva, e na qual se incluem: Organismos ou estruturas administrativas; princípios, regras e métodos de atuação; gerenciamento ou formas de apoio a instituições, grupos programas ou projetos; manutenção ou difusão de obras e de processos artísticos-intelectuais; preservação e uso de bens patrimoniais (CUNHA, 2003, p. )

Na linha da perspectiva neoinstitucionalista a ser adotada como quadro teórico a partir de algumas chaves, o objetivo geral desta pesquisa será reconstituir

a trajetória das políticas culturais do estado de Minas Gerais, analisando como tem se dado o processo de institucionalização ao longo do tempo. Além disso, de forma secundária, busca-se compreender se ela se relaciona com a trajetória da política de nível federal, ou seja, em que medida estas espelham ou inovam em relação às políticas da União. A partir do objetivo enunciado tem-se como objetivos específicos:

- a) Realizar uma breve revisão teórica no campo do novo institucionalismo, em sua vertente histórica com atenção para as noções-chave de institucionalização e de trajetória;
- b) Descrever em linhas gerais a trajetória da política cultural no âmbito federal, com seus principais marcos, tendo em vista situar o caso das políticas culturais de Minas Gerais;
- c) Recuperar, sistematizar e analisar a trajetória da política cultural no estado de Minas Gerais a partir de seus principais marcos – suas estruturas; marcos legais e normativos; seus repertórios e instrumentos.

O enfoque do trabalho justifica-se, de início, pela escassez de estudos voltados para as políticas culturais mineiras, bem como pela memória documental relativamente precária no âmbito institucional. Não se tem disponibilizado no *site* da Secretaria de Cultura e Turismo um histórico das políticas públicas em cultura no Estado para além dos que constam nos instrumentos de planejamento ativos hoje; não há tampouco a história da própria Secretaria de Estado. Nas documentações internas da Secretaria de Estado de Cultura também não se identificou um relato do histórico socioinstitucional do órgão. A documentação das políticas públicas de cultura no estado se encontra dispersa entre os Planos Plurianuais de Gestão (PPAGs), os Planos Mineiros de Desenvolvimento Integrado (PMDIs), em documentos do Arquivo Público Mineiro e instrumentos normativos da Assembléia Legislativa. A partir dos levantamentos realizados, que serão detalhados na seção metodológica, foi possível constatar ainda que há uma produção relativamente escassa a respeito da trajetória das políticas públicas de cultura em Minas Gerais, o que justifica a relevância do foco e da abordagem proposta.

Considera-se que a abordagem da trajetória das políticas culturais mineiras tem relevância sócio institucional para a secretaria, seja no âmbito de

registro, seja para que se compreenda essas políticas na atualidade, bem como seus potenciais no futuro. Além disso, espera-se contribuir, dentro dos limites do caso, para o campo de estudos de cultura no Brasil, que é relativamente recente e ainda acumula poucos estudos de trajetórias de políticas públicas culturais em nível estadual.

Essa análise se faz importante também no contexto atual em que a política de cultura no Brasil tem sido alvo de esvaziamento e descontinuidades. Em âmbito federal houve a extinção do Ministério da Cultura em 2019 e a criação da Secretaria Especial de Cultura, que foi alocada primeiramente no Ministério da Cidadania e depois no Ministério do Turismo. Desde 2019 a pasta teve à frente cinco secretários diferentes. A redução de status da área de cultura nos órgãos da União e tamanha instabilidade na alocação e condução da pasta se refletiu no orçamento destinado às políticas e nas próprias políticas públicas, que tiveram inúmeras ações descontinuadas. No nível estadual, o documento de planejamento plurianual atual prevê uma redução gradativa de metas físicas e de destinação orçamentária para parte das ações previstas na área da cultura, além de ter havido duas mudanças de gestão da Secretaria nos dois anos deste governo.

Mais além, Rubim (2020 *apud* CALABRE, 2020) afirma que há um desmonte ou desmantelamento intencional das instituições de cultura no país pelo governo federal e um esforço de asfixia do campo pelos cortes financeiros. Nesse contexto ameaçador é possível perceber a relevância da abordagem do processo de institucionalização das políticas de cultura em nível estadual, considerando o papel da institucionalização e consolidação dessas políticas no sentido de resistência aos retrocessos e à devastação da política em nível nacional.

O presente trabalho se estrutura em seis capítulos, a começar por esta introdução, seguida de uma revisão teórica dos conceitos de institucionalização e trajetória na perspectiva histórica do neoinstitucionalismo, das mudanças em políticas públicas e de *policy dismantling*. O terceiro capítulo se ocupa de apresentar os aspectos metodológicos da pesquisa, que tem abordagem qualitativa com fins exploratório e descritivo. No quarto capítulo é apresentada a trajetória da política cultural em nível nacional e no quinto reconstituída e analisada a trajetória da política cultural do estado de Minas Gerais, cotejada com a da política nacional. Por fim, o

sexto capítulo apresenta as considerações finais do estudo e indica possíveis caminhos para pesquisas futuras no tema.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS E TRAJETÓRIAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

O termo institucionalização é usado em diversos campos de estudo e em diversos contextos de pesquisa. Em diferentes desenvolvimentos teóricos e/ou analíticos este mesmo termo ganha significados distintos dependendo da área de estudo em que está sendo utilizado, não havendo uma conceituação precisa que o defina. No campo de estudos das ciências sociais e das políticas públicas ele tem sido usado para se referir à incorporação de noções e normas compartilhadas por parte dos atores ou então à própria formalização dessas noções em uma organização ou sociedade (PAPI, 2020). Esta polissemia do termo permite que ele seja utilizado de maneira ampla na academia, porém ao mesmo tempo impõe dificuldades ao pesquisador que pretende utilizá-lo para fins de análise, uma vez que não são definidas suas dimensões analíticas.

O ponto em comum entre todos os sentidos atribuídos ao termo, em diferentes contextos de pesquisa é que este se liga invariavelmente às instituições. A noção de instituições a qual se faz referência aqui é a estabelecida pela perspectiva teórica neoinstitucionalista que se desenvolve a partir dos anos 1980. Assim, conforme afirmam Papi *et al.*, (2020) tem-se no neoinstitucionalismo que “as instituições importam” ao considerar que estas afetam e modelam o comportamento dos atores em que nelas se inserem, configurando uma importante dimensão para a análise de políticas públicas. Nesse sentido, o novoinstitucionalismo se volta para a abordagem das regras formais e informais das instituições, como as estruturas, as normas, os símbolos e os hábitos compartilhados dentro delas, que influenciam os comportamentos bem como a configuração das instituições e das políticas públicas.

Nesse contexto teórico, que confere centralidade às instituições e seus papéis, encontramos três vertentes que disponibilizam diferentes métodos de análise: a sociológica, a da escolha racional e a histórico-cultural. Cada uma possui como pano de fundo um campo de estudo diferente que baliza o pensamento e, por isso, apresentam focos de análise distintos.

A vertente sociológica surgiu dentro dos estudos da teoria das organizações, a partir do questionamento da separação, feita até então, entre o mundo social - guiado por uma racionalidade baseada em fins e meios - e a esfera

da vida determinada por práticas culturais (HALL;TAYLOR, 2003). As práticas adotadas nas organizações passaram a ser encaradas não como fruto somente da razão dos indivíduos, mas de processos semelhantes aos de transmissão cultural. Assim, a partir de influências diretas do construtivismo sociológico, essa vertente parte da ideia que as instituições resultam da interação social entre os indivíduos de onde surgem regras que passam a incidir posteriormente sobre as próprias relações (PAPI, 2020). De acordo com Hall e Taylor, as análises desta vertente concentram-se sobre a forma como as instituições determinam os comportamentos individuais ao fornecer a eles esquemas, categorias e modelos cognitivos para interpretação do mundo e suas ações nele.

O neoinstitucionalismo da escolha racional se desenvolveu dentro da ciência política contemporânea e tem como base alguns pressupostos básicos deste campo de estudos. Nessa perspectiva, o comportamento dos atores estudados são vistos como fruto de uma mentalidade extremamente utilitária e egoísta de maximização de ganhos individuais, de maneira sempre estratégica, mesmo que suas ações impliquem em um resultado desfavorável à coletividade (HALL; TAYLOR, 2003). Dessa maneira, as instituições seriam resultado da soma das preferências individuais em minimizar os custos de suas ações. Em suas análises cabe, portanto, observar as regras do jogo estabelecidas pelas instituições e a forma como elas constroem as decisões dos atores (PAPI *et al*, 2020).

No neoinstitucionalismo histórico os estudos das instituições se voltam para explicar as ações de pessoas e de grupos sociais dentro do contexto histórico em que elas se dão. Esta postura analítica deriva da ideia de que a história, com seus acontecimentos sequenciais, é determinante para a formatação das instituições, que nessa perspectiva se dá conforme o contexto local e as propriedades herdadas do passado (HALL; TAYLOR, 2003). A trajetória das instituições é, portanto, central para que se possa analisar sua situação no presente. Assim, a vertente histórica coloca em evidência o conceito de *path dependence*, que vincula aos eventos passados as situações presentes.

Apesar das particularidades de cada abordagem, as vertentes convergem ao se valerem do estudo das instituições para explicar os fenômenos que ocorrem dentro das arenas políticas, das organizações e mais amplamente da sociedade. As

três linhas sustentam o papel central das instituições para poder explicar fenômenos sociológicos e políticos, em uma alternativa às abordagens behavioristas até então utilizadas nas ciências sociais (HALL; TAYLOR, 2003)..

As três vertentes se debruçam sobre as dimensões de “agência e das estruturas para explicar a formatação das instituições, sua influência no condicionamento de políticas públicas, das organizações e na estrutura do jogo político” (PAPI *et al*, 2020, p.1). Guardadas as particularidades de cada uma, é compartilhado entre elas que tais instituições são regras fixadas ao longo do tempo, que delimitam as preferências e as possibilidades de ação dentro de um universo (BERGER; LUCKMANN, 2001, p. 79).

De acordo com Immergut (2007), essa consolidação se dá por meio das rotinas, das normas, dos sistemas e dos procedimentos compartilhados. São esses elementos, que conferem materialidade às instituições e que subsidiam as pesquisas no neoinstitucionalismo. Portanto, é a partir do reconhecimento dessas regras, hábitos, normas e da configuração das instituições de Estado e das políticas públicas e seus instrumentos, que é possível estudar alguns fenômenos sociais e organizacionais a partir dessa perspectiva teórica.

É notável, portanto, que essa perspectiva confere às instituições um papel central em suas análises, considerando que essas influenciam ou mesmo determinam a identificação e interpretação dos problemas e as alternativas de atuação diante deles. Parte-se do pressuposto que este ambiente, criado historicamente em sociedade, constitui as bases para as condutas possíveis a serem seguidas.

Por fim, no que se refere à institucionalização propriamente, destaca-se que as análises que utilizam desta chave podem se dar no sentido do processo e dos graus de institucionalização. Para estes estudos são utilizadas as mesmas manifestações materiais das instituições, com as normas e os procedimentos, porém se diferem na medida em que um se debruça sobre o nível de institucionalidade do objeto de estudo e o outro sobre o processo mesmo de institucionalização. Nesse sentido, o presente trabalho utiliza da chave analítica de institucionalização em seu sentido de processo, na medida que consiste na reconstituição de uma trajetória institucional.

## 2.1 Neoinstitucionalismo, trajetória das políticas públicas e mudanças

A partir da discussão já efetuada, é possível identificar que, na perspectiva neoinstitucionalista histórica, é atribuída e destacada uma característica de perenidade às instituições, ligada a uma noção de repetição no tempo. Isso implica que as mudanças dentro das instituições ocorreriam de maneira lenta e incremental, de forma que se tornam quase insignificantes. Nesse sentido, a institucionalização pode ser tida como um processo que reforça as relações de forças presentes e, dessa forma, modelam e delimitam as ações possíveis dentro do contexto institucional. Em consequência, dão origem a estruturas resistentes a rupturas e a alterações, de forma que assumem certa autonomia em relação às pessoas e às variações no ambiente social e político (PAPI *et al*, 2020).

Na vertente do neoinstitucionalismo histórico, esse fenômeno apenas pode ser compreendido a partir do processo histórico em que se constituiu (BERGER; LUCKMANN, 2004, p.79). Ou seja, para se estudar a institucionalização é necessário observar como ela se desenvolve ao longo do tempo e em qual contexto histórico isso ocorre. Esta noção se relaciona diretamente ao conceito de *path dependency* que baliza as análises desta vertente, sendo o estudo das trajetórias essencial nesta perspectiva.

O próprio conceito de trajetória reforça a relevância do processo temporal para a produção de instituições. De acordo com Kato (1996), o termo consiste na ideia de que os eventos que ocorreram no passado, e o contexto histórico que ocorreram, são determinantes para a sequência de acontecimentos que se dá posteriormente dentro daquele universo.

Em outras palavras, os acontecimentos ocorridos no passado delimitam os caminhos a serem traçados no futuro. Isso se apoia na noção de permanência das instituições, à qual Levi (1997) acrescenta que a institucionalização impõe altos custos para que novas escolhas sejam feitas. Assim, o que acontece é um comportamento relativamente previsível, em espiral, na medida que um efeito produzido por algumas causas no passado se torna a própria causa de novos efeitos no futuro.

Contudo, estes custos impostos às mudanças podem variar conforme surjam novas ideias no contexto político, funcionando como janelas de oportunidade para mudanças na trajetória das políticas (WEIR, 1994). Dessas janelas podem surgir escolhas cruciais, chamadas na literatura por Lipset e Rokkan (1967 *apud* Fernandes, 2002) de momentos cruciais. Eles são decisivos ao orientar as ações para novas direções e excluir algumas possibilidades de caminhos que antes existiam, levando a mudanças nos comportamentos e, assim, nas organizações e nas políticas públicas.

Para explicar essas mudanças, os autores dessa perspectiva teórica<sup>1</sup> se valem do enfoque analítico de constituição de agenda, atribuindo às ideias que surgem na arena o papel fundamental de motor das inovações nas políticas. Para além desse enfoque cognitivo, Weir (1994, *apud* MENICUCCI, 2007) traz ao centro da análise também a perspectiva histórica de constituição das políticas e a influência das instituições sobre as ideias dos atores, de modo que se aproxima dos pressupostos neoinstitucionalistas utilizados neste trabalho.

Em sua teoria denominada de *bounded innovation* (inovação limitada) são exploradas a relação entre as ideias e as instituições. Há um foco na influência das ideias sobre o contexto institucional em que são elaboradas as políticas, e a relação entre elas ao longo do tempo. É a partir dessa dinâmica entre ideias e instituições, construída no tempo, que se cria um padrão de inovação limitado. Neste processo algumas ideias tornam-se mais prováveis de influenciar as políticas públicas do que outras, devido a fatores externos e à própria estrutura e regras das instituições envolvidas (MENICUCCI, 2010).

De acordo com Menicucci (2007), a abordagem histórica viabiliza a compreensão de como as ideias e as ações são influenciadas e direcionadas pelas políticas anteriores - de maneira que algumas possibilidades se fazem viáveis e outras não -, e a identificação dos momentos e contextos em que ocorrem as inovações. Essas mudanças compõem uma trajetória de políticas, cujo desenvolvimento institucional faz com que algumas interpretações dos problemas

---

<sup>1</sup> Ver Weir (1994) e revisão de Menicucci (2007; 2010)

sejam consideradas mais adequadas e algumas políticas mais exequíveis do que outras.

Assim, temos que as instituições definem quais novas ideias irão adentrar as discussões, sendo portanto um filtro para as ideias que surgem em um contexto. Dentro desta interpretação “a inovação ideacional pode ser vista como uma fonte de dinamismo institucional por meio de um ajuste entre ideias e política” (MENICUCCI, 2010, p. 373).

Portanto, apesar da perenidade das instituições, é possível e mesmo provável que haja mudanças nelas. Nos desenvolvimentos teóricos no terreno neoinstitucionalista geralmente são tratadas as mudanças que implicam em inovação nas políticas, todavia é notável nos dias atuais que existe um movimento de mudança que se dá no sentido de retrocesso.

Para analisar este fenômeno tem se construído uma nova abordagem, advinda desta anterior, que se debruça sobre o desmantelamento das políticas públicas, e mostra-se em alguma medida pertinente para este trabalho.

## **2.2 Desmantelamento de políticas públicas**

Na década de 1970, em meio aos efeitos globais do choque de petróleo, Garry Brewer propôs a inclusão de uma fase suplementar no modelo analítico sequencial de políticas públicas, que refletisse o fim de uma política (*policy termination*). Entretanto, foi Pierson, com o seu livro de referência *Dismantling Welfare State?*, publicado em 1994, que impulsionou a investigação em torno desta questão. Contudo, Bauer et al. (2012, apud ARAÚJO, 2017) indicam que o trabalho de Pierson estava mais orientado para a análise do fenômeno de retração das políticas —mais concretamente para a redução e contração do estado social num tempo de austeridade — não se ocupando efetivamente do processo de desmantelamento da política.

A abordagem de *policy dismantling* vai mais além do trabalho de Pierson em 1994 no que se refere a essas mudanças no âmbito das políticas públicas. Na literatura contemporânea que trata do assunto, Bauer et al (2012) ressaltam que alguns processos de natureza direta, indireta, simbólica ou oculta, levam a um tipo

particular de mudança que afetam negativamente elementos cruciais da política, como seus instrumentos e o corpo de pessoal. Essas alterações envolvem cortes, reduções e até a abolição de políticas públicas existentes, feitas por governantes e parlamentares por meio do orçamento, das regras da política e de seus instrumentos (ARAÚJO, 2017).

No campo de estudos da administração pública são predominantes os estudos relacionados às mudanças no sentido de expansão das políticas, de implementação e monitoramento e avaliação. Porém, após a crise financeira mundial de 2008 essa perspectiva teórica ganhou espaço no campo de estudos, quando alguns governos de países desenvolvidos adotaram medidas de restrições em algumas políticas usando o argumento de restrição orçamentária.

À semelhança dessas experiências no exterior, é possível observar no Brasil mudanças nas políticas neste sentido de desmonte, principalmente a partir de 2015 quando em meio a crises internas no país (CAVALCANTE, 2021). Com a recessão econômica e o fortalecimento de ideias de viés neoliberal nos discursos e na arena política - a partir da escalada de partidos de direita nas eleições – o desmantelamento de políticas passou a ser uma estratégia defendida e amplamente adotada, sob o discurso da necessidade de rigidez fiscal e “diminuição do Estado”.

De acordo com Bauer (2012), a estratégia de desmantelamento das políticas não se dá de apenas uma forma, mas varia quanto aos métodos de implantação, em relação à agenda do governo, às características da política e aos custos e benefícios políticos de tais mudanças. Dessa maneira, essa perspectiva considera o papel dos decisores políticos para as mudanças, e concentra-se na análise do conjunto de fatores que influenciam e condicionam as decisões dos atores quando estes optam pela estratégia de desmantelamento.

Estes fatores que afetam as decisões políticas no sentido da adoção de estratégia de *dismantling* foram sistematizados por Bauer *et al* (2012) em três linhas: i) os fatores externos, como crises financeiras, mudanças tecnológicas ou a popularidade de ideias de necessidade de reforma no setor público; ii) às oportunidades e constrangimentos institucionais; iii) e os fatores situacionais, que estão enquadrados nas instituições, como os ciclos eleitorais, a presença de

consenso ou maioria no parlamento e a possibilidade de transferir as responsabilidades dos ônus das mudanças a outros níveis de poder.

Essa perspectiva, apesar de não ser central no presente estudo, mostrou-se relevante, uma vez que a trajetória de política traçada irá abranger os anos entre 1983 e 2020, passando pelo momento recente e atual em que as mudanças nas políticas do país têm ocorrido no sentido do retrocesso. Nesse sentido, Rubim (2020) destaca que existe hoje um esforço intencional de desmonte de políticas e instituições públicas de cultura por parte do governo federal. Portanto, a partir dos diferentes fatores que impulsionam o desmantelamento, já expostos a partir de Bauer *et al* (2012), é possível identificar em quais momentos a estratégia de desmantelamento foi utilizada na trajetória da política cultural federal, apontando para aspectos de sua desinstitucionalização, e ainda indagar quanto à adoção desta estratégia na trajetória estadual.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Considerando os objetivos apresentados e a perspectiva teórica a ser utilizada na pesquisa, será adotada uma metodologia de abordagem qualitativa com fins exploratório e descritivo. A finalidade exploratória se faz necessária devido ao pouco conhecimento acumulado e sistematizado na área (VERGARA, 1998, p. 45) a respeito da trajetória de políticas públicas de cultura em Minas Gerais. Já os fins descritivos estão relacionados ao objetivo de compreender a política no estado em si, recorrendo também à abordagem da política nacional como pano de fundo é possível influência no nível estadual.

Um ponto de partida e baliza consistiu na realização de revisão bibliográfica sistemática efetuada em produções acadêmicas no campo de estudos da cultura e da administração pública. O desenvolvimento da pesquisa foi realizado majoritariamente por meio do levantamento e coleta de dados secundários em fontes diversas e da produção de dados primários. Entende-se aqui como fonte primária os documentos que não possuem tratamento analítico (GIL, 2002), os quais foram produzidos a partir de entrevistas semi-estruturadas com atores chave na política de cultura estadual. Destaca-se que os documentos levantados e produzidos constituem uma fonte relevante para as pesquisas em ciências sociais, de acordo com Cellard (2008). Para o autor, os documentos são úteis para a reconstituição e descrição de passados distantes e recentes.

Em relação à revisão bibliográfica, foram efetuadas buscas nos portais *Scielo* e Portal de Periódicos da Capes, a partir de palavras chave, em especial políticas de cultura (ou políticas culturais), e institucionalização. Para recuperar a trajetória da política federal de cultura, tendo em vista contextualizar a política de Minas Gerais em um quadro de referências normativas mais amplo, foram também utilizadas publicações do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

No caso da política estadual, foi feita uma busca sistemática. Além do Portal de Periódicos da Capes já citado, buscou-se também no banco de teses da Universidade Federal de Minas Gerais, na Biblioteca da Fundação João Pinheiro e no Google Acadêmico para identificar as publicações existentes nessas bases de

documentos que tratassem dessa trajetória. Na busca foram utilizadas as palavras chave 'política pública cultural em Minas Gerais', 'política pública de cultura em Minas Gerais', 'política cultural em Minas Gerais', 'política de cultura em Minas Gerais', 'política pública cultural', 'política pública de cultura' e 'política de cultura' nos títulos e resumos, dentro do universo de publicações das ciências sociais. A busca também se estendeu a todas as publicações de livros da edição Cult da revista EDUFBA, da Universidade Federal da Bahia, e às produções feitas pela Fundação Casa Rui Barbosa

No caso da política federal, destaca-se que há diversos trabalhos acadêmicos que retratam sua trajetória e outros aspectos específicos da política. No caso estadual, há uma escassez relativa de trabalhos com foco nas políticas culturais de Minas Gerais. Contudo, destacam-se os trabalhos de Barroso e Júnior (2013) e de Vitória (2015; 2021), nos quais os autores fazem uma reconstituição de parte da política cultural de Minas a partir do ponto de vista do federalismo e da descentralização das políticas no país.

No que se refere à reconstituição da trajetória estadual, foi considerado como marco inicial a criação da Secretaria de Estado de Cultura, em 1983, quando as ações voltadas à cultura no estado passaram a se concentrar em um órgão específico. A escolha se deu em função da disponibilidade de documentos que tratam do conteúdo das políticas, uma vez que somente a partir da redemocratização o Estado passou a ter instrumentos de planejamento que contam com os objetivos e o orçamento para suas ações e programas. Ainda assim, foram pontuados os marcos criados antes de 1983, de forma a apontar os antecedentes da política cultural e demonstrar a sua institucionalização ao longo dos anos em Minas Gerais.

Para isso, foi realizada uma busca e coleta de dados secundários, feita por levantamento documental, usando-se principalmente da internet. Foram realizados levantamentos nos sites da Assembléia Legislativa e da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT. Dentro da opção de programas e ações do Estado na página da Secretaria, constam apenas informações gerais de seis instrumentos de planejamento e execução de políticas públicas na área. Cinco deles

foram criados em anos anteriores ao da gestão atual e apenas um tem data de criação após 2019.

Em consequência dessas buscas, foram solicitados documentos internos da Secretaria de Planejamento e da própria SECULT. Porém, os levantamentos realizados nas Secretarias, assim como em seus *sítes*, não resultaram em identificação de registros mais sistemáticos ou robustos referentes à trajetória e memória das políticas culturais de Minas Gerais.

Recorreu-se à Assembléia Legislativa de Minas Gerais para busca de documentos, tais como os marcos legais relacionados à cultura no estado; os Planos Plurianuais de Gestão e Planos Mineiros de Desenvolvimento Integrado em suas seções de cultura; além da Constituição Estadual de Minas Gerais, de 1989. No Sistema de Gestão e Planejamento - SIGplan MG, foram levantados os documentos referentes às ações da Secretaria de Estado da Cultura. Tais documentos estão contidos nos Planos Plurianuais do Estado, porém a Assembléia Legislativa e a Secretaria de Planejamento do Estado possuem apenas os arquivos que datam a partir do ano 2000. No Arquivo Público Mineiro buscou-se a documentação disponível referente aos marcos institucionais do estado na área da cultura. Foram levantadas ainda publicações no Diário Oficial que tratam de atos da administração referentes à cultura, tendo em vista traçar a trajetória da política cultural mineira a partir de marcos legais voltados para a criação de estruturas de governo – notadamente a Secretaria de Estado de Cultura - e instrumentos de política, como o Fundo Estadual de Cultura. O Quadro 1, apresentado a seguir, sintetiza os procedimentos de coleta de dados.

Quadro 1: Levantamentos bibliográfico e documental das políticas culturais mineiras

<b>Local ou Fonte</b>	<b>Acesso em:</b>	<b>Documentos ou publicações a serem buscados</b>
Banco de teses da UFMG	<a href="https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/462">https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/462</a>	Teses que tratem de ao menos parte da trajetória das políticas culturais do estado de Minas Gerais
Banco de dissertações da UFMG	<a href="https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/366">https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/366</a>	Dissertações que tratam de ao menos parte da trajetória das

		políticas culturais do estado de Minas Gerais
Portal de Periódicos da Capes	Acesso restrito a IPs autorizados	Publicações acadêmicas que tratam de ao menos parte da trajetória das políticas culturais do estado de Minas Gerais
Repositório de Monografias da Fundação João Pinheiro	<a href="http://monografias.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/1509">http://monografias.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/1509</a>	Monografias que tratam do tema de políticas culturais
Publicações da coleção CULT pela editora da Universidade Federal da Bahia	<a href="https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25606/simple-search?query=">https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25606/simple-search?query=</a>	Publicações que tratem de ao menos parte da trajetória das políticas culturais no estado de Minas Gerais
Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais	<a href="http://www.casaruibarrosa.gov.br">http://www.casaruibarrosa.gov.br</a>	Documentos e publicações que tratem das políticas culturais em Minas Gerais
Sistema de Gestão e Planejamento do estado de Minas Gerais (SIGPlan)	Acesso restrito a servidores das Secretarias de Estado de Minas Gerais	Relatórios Institucionais de monitoramento bimestrais das ações previstas no PPAG para a Secretaria de Estado de Cultura e suas entidades vinculadas e para o Fundo Estadual de Cultura, desde o ano de 2010
Área de acompanhamento das políticas públicas no site da Assembléia Legislativa de Minas Gerais	<a href="https://politicaspublicas.almg.gov.br/temas/index.html?tagNivel1=225&amp;tagAtual=10085">https://politicaspublicas.almg.gov.br/temas/index.html?tagNivel1=225&amp;tagAtual=10085</a>	Legislação infra e supralegal dos direitos culturais no estado de Minas Gerais e acompanhamento da realização das metas nos programas em cultura previstos no PPAG de 2020-2023
Área de acompanhamento das políticas públicas no site da Assembléia Legislativa de Minas Gerais	<a href="https://politicaspublicas.almg.gov.br/temas/index.html?tagNivel1=225&amp;tagAtual=10085">https://politicaspublicas.almg.gov.br/temas/index.html?tagNivel1=225&amp;tagAtual=10085</a>	Legislação infra e supralegal dos direitos culturais no estado de Minas Gerais e acompanhamento da realização das metas nos programas em cultura previstos no PPAG de 2020-2023
Acervo do Arquivo Público Mineiro	<a href="http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br">http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br</a>	Documentos relacionados às políticas culturais do estado de Minas Gerais complementares aos marcos legislativos

Fonte: Elaboração própria

As fontes primárias consistiram em entrevistas semiestruturadas feitas com informantes-chave da trajetória da política cultural em Minas Gerais. Foram entrevistados no período entre agosto e outubro de 2021 quatro secretários de estado de cultura de Minas, dois ex-secretários adjuntos e dois servidores de médio escalão da secretaria. Para além da provisão de informações sobre o processo de institucionalização da política em foco, as entrevistas fizeram-se muito importantes para dotar a pesquisa de percepções de natureza política a respeito de sua trajetória, abrangendo seu contexto político e histórico.

Dado o contexto da pandemia por Covid-19, as entrevistas foram realizadas virtualmente, por meio de videochamada, entre os meses de agosto e outubro de 2021. O Quadro 2 que se segue apresenta a relação dos entrevistados:

Quadro 2- Relação dos entrevistados

<b>Entrevistado</b>	<b>Cargo e período de atuação na Secretaria de Cultura de Minas Gerais</b>	<b>Data da entrevista</b>
Bernardo Novais da Mata Machado	2015 - Secretário Adjunto	09-08-2021
Lucas Melo Franco Fainblat	2015 - 2021 - Assessor estratégico	03-09-2021
Solanda Steckelberg	1998-2003 - Presidência da Fundação Clóvis Salgado 2011-2013 - Presidência da Fundação Clóvis Salgado 2019 - Secretária Adjunta	14-09-2021
Eleonora Santa Rosa	2005 - 2008 - Secretária	20-09-2021
Felipe Amado	2013 - 2020 - Superintendência de fomento	21-09-2021
Angelo Oswaldo	1999 - 2002 - Secretário 2015 - 2018 - Secretário	30-09-2021
Eliane Parreiras	2009 - 2010 - Presidência da Fundação Clóvis Salgado 2011 - 2015 - Secretária 2019 - 2021 - Presidência da Fundação Clóvis Salgado	04-10-2021
Leônidas José de Oliveira	2019 - 2021 - Secretário	18-10-2021

Fonte: Elaboração própria

A partir da revisão teórica efetuada, a reconstituição da trajetória de institucionalização da política cultural mineira considera a perspectiva de institucionalização enquanto formalização, tomando como marcos: i) a criação de órgãos relacionados à política cultural no estado; ii) as leis e normas legais referentes à política em foco; iii) o conteúdo e objetivos dos programas, previstos legalmente por meio dos Planos Plurianuais. Ou seja, o modelo analítico tem em vista a abordagem de: (i) estruturas ou arranjos institucionais, como a Secretaria Estadual de Cultura (SEC), as autarquias e as fundações ligadas a essas políticas, as instituições participativas, como os conselhos.; (ii); marcos normativos que definem o direcionamento geral das políticas, contidos no Plano Nacional de Cultura (PNC) e no Plano Estadual de Cultura de MG; (iii) repertório e os instrumentos de planejamento (programas) e de financiamento (fundos) .

A análise dos documentos levantados e das entrevistas produzidos recorre ao recurso da Análise de Conteúdo, que tem como objetivo a análise das comunicações verbais ou não-verbais, por meio da descrição sistemática de seus conteúdos e do uso de indicadores que permitam a interpretação do que está contido nas mensagens (BARDIN, 2004 *apud* Sousa *et. al*, 2020). Cabe dizer que estes indicadores essenciais para a interpretação e análise podem ser tanto quantitativos quanto qualitativos, considerando, portanto, as perspectivas teóricas para este fim.

Bardin (2011, *apud* Sousa *et. al*, 2020) divide a técnica de Análise de Conteúdo em três fases. A primeira consiste na pré-análise, em que são feitas as primeiras leituras a respeito do objeto, a escolha dos documentos a serem analisados, a formulação dos objetivos que se quer alcançar com a pesquisa e a escolha dos indicadores a serem utilizados. Na segunda, chamada de exploração do material, se refere ao momento em que as dimensões de análise são estabelecidas, a partir da pergunta de pesquisa e do referencial teórico escolhido. Por fim o tratamento de dados, onde são feitas as análises daquilo que foi levantado, balizadas pela hipótese, objetivos, categorias e referencial teórico definidos anteriormente.

Nesse sentido, a primeira fase estabelecida por Bardin, corresponde na presente pesquisa às etapas percorridas para a formulação projeto de pesquisa do

presente estudo, em que foram feitos os primeiros contatos com a literatura de políticas culturais e com os documentos oficiais referentes a ela no estado de Minas Gerais. A segunda se apresenta no modelo analítico desenvolvido durante e após a formulação do projeto e terceira e última consistiu no desenvolvimento subsequente da pesquisa empírica apresentada ao longo dos capítulos 4 e 5 deste trabalho.

#### **4 BREVE TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL**

Na literatura internacional que trata das políticas culturais, entende-se que estas surgem a partir do pós-guerra, na década de 1950. É só então que as políticas voltadas para a cultura passam a ter uma estrutura organizada, pautada por ações articuladas e globais dos Estados, sendo agora mais que a soma de atuações isoladas em diferentes setores como patrimônio e arte (BOLÁN, 2006). Assim, um marco internacional da institucionalização da cultura é o Ministério de Assuntos Culturais da França, com um corpo administrativo qualificado e com esforços destinados ao planejamento da atuação do Estado na cultura do país.

No caso brasileiro, embora as relações entre o campo cultural e Estado sejam anteriores, o período Vargas se destaca por uma atuação expressiva (ORTIZ, 1985; ARAÚJO, BARBOSA, 2016). Partindo da perspectiva de política cultural, que envolve ações estruturadas por um planejamento central, temos como marco mais geral da área no Brasil o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930–1945). Durante este período houve no país diversas transformações sociais, políticas e também administrativas que impulsionaram o governo a moldar uma atuação organizada no campo da cultura, por meio das consideradas primeiras políticas culturais no Brasil .

Partindo desse ponto para a abordagem de uma breve trajetória da política cultural brasileira, o capítulo desenvolve-se a partir de uma periodização mais ampla que coloca em relevo os marcos da sua institucionalização. Considerando-se o contexto teórico já exposto, busca-se descrever em linhas gerais as estruturas governamentais , as linhas de atuação, os conteúdos e os instrumentos da política cultural nos distintos períodos.

Como posto, um período foi demarcado a partir do governo Vargas até o contexto de redemocratização. O segundo período examinado tem como principal marco a CF-1988 e se desdobra em iniciativas posteriores nos diferentes governos ao longo dos anos 1990 e início da década seguinte. O terceiro período encampa os governos petistas e posteriores até o presente.

#### **4.1 Marcos institucionais da política cultural brasileira: da era Vargas a 1985**

Nos anos Vargas, a área da cultura - assim como da educação e trabalho - tangenciou-se em premissas e propósitos mais amplos e estratégicos que remetem aos ideais de unidade e identidade nacionais. A construção do que seria a identidade nacional brasileira consistia em uma das derivas centrais do governo Vargas, desde 1930 no Governo Provisório e, especialmente, após o golpe de 1937, que marca o início do chamado Estado Novo (1937-1945). (ARAUJO; BARBOSA, 2016)

Destaca-se de início a área da radiodifusão, merecedora de atenção especial pelo governo, sendo objeto do Decreto-lei nº 21.111, de 1932, que regulamentou o setor, normatizando, inclusive, questões como a da veiculação de publicidade, da formação de técnicos, da potência de equipamentos, entre outras. Mais adiante, outro veículo de massas a ser regulamentado e organizado foi o cinema. por meio do Decreto nº 21.240 de 1936 (CALABRE, 2016)

A Constituição de 1934, à época avaliada como progressista, dedica um capítulo à Educação e Cultura, estabelecendo a competência da União e ampliando a margem de ação do Executivo Federal, do então Ministério da Educação e Saúde, que englobava a área cultural. A carta constitucional também inclui ao campo de intervenção estatal a proteção ao patrimônio histórico e artístico, já conformando as bases do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que vem a ser criado em 1937 (ARAUJO ;BARBOSA, 2016).

Para além da criação do IPHAN, o campo de preservação do patrimônio constitui um exemplo emblemático da atuação do governo federal no período, inscrito em um projeto mais abrangente de afirmação de uma identidade nacional. Desde a década de 1920, os intelectuais modernistas vinham realizando uma forte campanha em favor da preservação das cidades históricas, em especial daquelas pertencentes ao ciclo do ouro em Minas Gerais. Encampando este lastro, a política de patrimônio cultural tem seu marco legal instituído por meio do Decreto 25/1937.

Ressalta-se que o IPHAN não foi o único órgão criado na década de 1930 visando a atuação do Estado na esfera cultural. Desde seus primeiros anos, o órgão

consolidou sua estrutura administrativa e atuação sob as premissas de preservação do patrimônio, apesar dos recursos insuficientes (MAIA, 2008).

Outras iniciativas federais do período foram a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e do Instituto Nacional do Livro (INL). Em julho de 1938 foi criado o primeiro Conselho Nacional de Cultura, composto por sete membros. No volume sobre a Cultura Brasileira, publicado junto com o Recenseamento Geral do Brasil de 1940, o governo registrava a intenção de criar um órgão de pesquisa estatística específico para as áreas de educação e cultura.

Já entre 1945 e 1964, o Estado não promoveu ações de relevância no campo da cultura. Um marco no período foi o desmembramento do Ministério da Educação e Saúde em 1953, e a criação dos Ministérios da Saúde (MS) e o da Educação e Cultura (MEC).

Destaca-se o desenvolvimento na área cultural no campo da iniciativa privada e também iniciativas governamentais de apoio instituições privadas como o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o Museu de Arte de São Paulo, a Fundação Bienal, entre outras, que foram declaradas de utilidade pública e passaram a receber subvenções do governo federal. Porém isso ocorreu sempre de maneira descontinuada, ou seja, nada que se possa chamar de uma política de financiamento ou de manutenção de instituições culturais.

Em 1961, o presidente Jânio Quadros recriou o Conselho Nacional de Cultura, subordinado à Presidência da República e composto por comissões das áreas artísticas e de alguns órgãos do governo. A ideia era a da instalação de um órgão responsável pela elaboração de planos nacionais de cultura. Com as mudanças políticas do país, já em 1962, o Conselho retorna para a subordinação do MEC, mantendo as suas atribuições.

A partir de 1964, com o início do governo militar, o direcionamento das políticas para da produção cultural foram alterados. O Estado retomou o projeto - iniciado em Vargas- de uma maior institucionalização do campo da produção artístico-cultural. Durante a presidência de Castelo Branco (1964-1967), surgiu no governo a discussão sobre a necessidade de criação de uma política nacional de cultura, sob a visão de solidificar uma identidade brasileira. Em 1966 foi criada uma comissão para estudar a reformulação do Conselho Nacional de Cultura para que

este assumisse o papel de elaborador de uma política cultural de alcance nacional. (Calabre. 2006)

Por meio do Decreto-lei nº74, em novembro de 1966 foi criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), composto por 24 membros indicados pelo Presidente da República, passando a funcionar efetivamente no ano seguinte. Conforme Maia (2008) a criação do CFC objetivava a institucionalização da ação do Estado no setor cultural, visando também a “tornar hegemônicas as concepções de um grupo de intelectuais sobre a cultura nacional.” Nessa linha, o papel dos intelectuais na área cultural se endereçaria a redefinir os papéis do Estado no setor e da política da cultura; assim como disputar “no campo cultural pela definição da cultura e da identidade nacionais.” De acordo com a autora,

Para o CFC, a atuação do Estado no setor cultural deveria responder a três áreas hierarquizadas do setor cultural: patrimônio, difusão e assistência às instituições culturais. O CFC foi estruturado em quatro câmaras: Artes, Ciências Humanas, Letras e Patrimônio Histórico e Artístico. Esta divisão era considerada decisiva pela comissão que elaborou o projeto do Conselho por constituir os elementos definidores da cultura nacional. Além disso, instituiu-se uma Comissão de Legislação e Normas para garantir o suporte jurídico necessário na apresentação de portarias, projetos de lei ou resoluções. (MAIA, 2008, p.92)

Em relação ao CFC ressalta-se ainda a atribuição de analisar os pedidos de verba ao MEC instituindo uma política de apoio a uma série de ações culturais, papel exercido efetivamente até 1974.

Maia (2008) observa, ainda, que nos períodos autoritários (1937-1945 e 1964-1985) “foram institucionalizadas diversas áreas da cultura tais como teatro, livro, folclore, patrimônio, cinema, radiodifusão educativa, ao lado de setores dedicados à censura.” (MAIA, 2008, p.93). Alguns planos de cultura foram apresentados ao governo, em 1968, 1969 e 1973, mas nenhum deles foi integralmente posto em prática. A questão central dos planos era a da recuperação das instituições nacionais – tais como a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional do Livro– de maneira que pudessem passar a exercer o papel de construtores de políticas nacionais para suas respectivas áreas.

No período em foco, por muito tempo a estrutura do Ministério esteve toda voltada para a área de educação. O Departamento de Assuntos Culturais (DAC), dentro do MEC, foi criado somente em 1970, por meio do Decreto 66.967.

Ainda no contexto autoritário, no final do governo do Presidente Médici (1969-1974), durante a gestão do ministro Jarbas Passarinho (1969-1973), foi elaborado o Plano de Ação Cultural (PAC), apresentado pela imprensa da época como um projeto de financiamento de eventos culturais. O PAC abrangia o setor de patrimônio, as atividades artísticas e culturais, prevendo ainda a capacitação de pessoal. Ocorria, então, um processo de fortalecimento do papel da área da cultura. Lançado em agosto de 1973 o Plano teve como meta a implementação de um ativo calendário de eventos culturais patrocinados pelo Estado, com espetáculos nas áreas de música, teatro, circo, folclore e cinema com circulação pelas diversas regiões do país, ou seja uma atuação no campo da promoção e difusão das atividades artístico-culturais.

A gestão do ministro Ney Braga, durante o governo Geisel (1974-1978), foi um período de efetivo fortalecimento da área da cultura, com a criação de órgãos estatais que passaram atuar em novas áreas, tais como: o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE). Para Sérgio Miceli o ministro Ney Braga conseguiu:

inserir o domínio da cultura entre as metas da política de desenvolvimento social do governo Geisel. Foi a única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área da cultura, prevendo ainda modalidades de colaboração entre os órgãos federais e de outros ministérios, como por exemplo, o Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, com secretarias estaduais e municipais de cultura, universidades, fundações culturais e instituições privadas. (MICELLI, 1984.p. 75)

A Política Nacional de Cultura (PNC) havia sido elaborada por um grupo de trabalho, a pedido do Ministro, contendo definições. A criação dos novos órgãos cumpria parte das metas previstas na PNC, que tinha como objetivos principais: “a reflexão sobre qual o teor da vida do homem brasileiro, passando à preservação do patrimônio, ao incentivo à criatividade, à difusão da criação artística e à integração,

esta para permitir a fixação da personalidade cultural do Brasil, em harmonia com seus elementos formadores e regionais.” ,

Nesse mesmo período teve início, fora do âmbito do MEC, um projeto que resultou na criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). O Ministério da Indústria e Comércio e o governo do Distrito Federal firmaram um convênio prevendo a formação de um grupo de trabalho, sob a direção de Aloísio Magalhães, para estudar alguns aspectos e especificidades da cultura e do produto cultural brasileiro. Os principais objetivos do projeto eram o de propiciar o desenvolvimento econômico, a preservação cultural e a criação de uma identidade para os produtos brasileiros. Em 1976 o projeto foi definitivamente oficializado por meio de um convênio entre a Secretaria de Planejamento, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Indústria e do Comércio, a Universidade de Brasília e a Fundação Cultural do Distrito Federal. Em 1979, Aloísio criou, no âmbito do MEC, a Fundação Nacional Pró-Memória, ampliando o trabalho do CNRC. (MAGALHÃES. 1997)

No final da década de 1970 temos mais um momento destacado no processo de redirecionamento da política do Ministério. O Departamento de Assuntos Culturais foi substituído pela Secretaria de Assuntos Culturais, cujo papel se fortalece no MEC. Mais que uma simples troca de títulos ocorreu uma clara divisão da atuação em duas vertentes distintas em uma mesma secretaria: uma vertente patrimonial e outra voltada para a produção, circulação e consumo da cultura. Em 1981, Aloísio Magalhães assumiu a direção da Secretaria que passou a se chamar Secretaria de Cultura, sendo formada por duas subsecretarias: a de Assuntos Culturais - ligada à Funarte - e a de Patrimônio, ligada ao Iphan e à Fundação Pró-Memória. (BOTELHO,2000)

O processo de institucionalização do campo da cultura no âmbito governamental ocorrido na década de 1970 não ficou restrito ao nível federal. Nesse mesmo período, o número de secretarias de cultura e de conselhos de cultura de estados e municípios também cresceu, apontando para a influência da esfera nacional no âmbito subnacional. Em 1976, ocorreu o primeiro encontro de Secretários Estaduais de Cultura, dando origem a um fórum de discussão que se mantém ativo e que muito contribuiu para reforçar a ideia da criação de um ministério independente.

## **4.2 Redemocratização e trajetória das políticas culturais: avanços e retrocessos**

A segunda metade da década marca-se pelo processo de redemocratização em curso, impulsionado por ciclos de mobilização de atores coletivos com propostas endereçadas à democratização do Estado e ampliação dos direitos sociais, desembocando na Assembleia Nacional Constituinte e no marco da nova Constituição Federal promulgada em 1988. Nessa linha, cabe destacar que nas diversas áreas de políticas públicas – incluindo o setor da cultura - tem-se a mobilização de atores coletivos da sociedade civil atuantes nos diversos campos, com suas propostas e projetos democratizantes.

Nesse sentido, como mencionado na discussão introdutória, a CF-88 avança no campo da cultura, reconhecendo os direitos culturais, no enunciado do art. 215, que estabelece que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” Mais além, amplia a noção de patrimônio cultural em uma perspectiva de inclusão e democratização, e prevê a participação da sociedade no art. 216. (BRASIL, 1988).

Nesse contexto de redemocratização, foi criado o Ministério da Cultura em 1985, durante o governo do Presidente José Sarney. No interior dos órgãos que compunham a Secretaria de Cultura muitos eram de opinião de que mais valia uma secretaria forte que um ministério fraco. Um dos maiores defensores dessa idéia foi Aloísio Magalhães, que havia falecido em 1982. Logo de início, o Ministério enfrentou muitos problemas, tanto de ordem financeira como administrativa. Faltava pessoal para cuidar do conjunto de atribuições que cabem a um Ministério, recursos financeiros para a manutenção dos programas existentes e até mesmo espaço físico para a acomodação da nova estrutura. Ocorreu também um processo de substituição contínua na chefia da pasta. José Aparecido de Oliveira foi nomeado Ministro da Cultura, logo substituído por Aluísio Pimenta, que por sua vez passou o cargo, em 1986, para Celso Furtado.

Na tentativa de criar novas fontes de recursos para a impulsionar o campo de produção artístico-cultural foi promulgada a primeira lei de incentivos fiscais para a cultura. A Lei nº 7.505, de 02 de junho de 1986, que ficou conhecida como Lei Sarney. O objetivo era o de buscar superar as dificuldades financeiras que o campo da cultura na administração pública federal sempre enfrentou. O orçamento ficava em grande parte comprometido com a administração do Ministério e de seus órgãos vinculados. Assim, a criação do novo Ministério acabou por significar um menor aporte de recursos financeiros para a área e, diferentemente da educação, a cultura não conseguiu criar um fundo que não sofresse cortes orçamentários.

A despeito dos avanços constitucionais que reenquadram o campo da cultura, em 1990, sob o governo de Fernando Collor, que se notabiliza por desmantelamentos nas estruturas governamentais e nas políticas públicas, o Ministério da Cultura foi extinto junto com diversos de seus órgãos e diversos projetos e programas foram suspensos. A Lei Sarney, que vinha apresentando alguns problemas na forma de aplicação, também foi revogada. Entre março de 1990 e dezembro de 1991, o governo federal não realizou investimentos na área da cultura. A retirada do governo federal de cena fez com que a maior parte das atividades culturais fossem mantidas pelos estados e municípios.

Contudo, em 23 de dezembro de 1991, foi promulgada a Lei nº 8.313, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura. A nova lei, que ficou conhecida como Lei Rouanet, era um aprimoramento da Lei Sarney e começou, lentamente, a injetar novos recursos financeiros no setor por meio do mecanismo de renúncia fiscal.

Em 1992, sob o governo de Itamar Franco, o Ministério da Cultura foi recriado e, a partir daí, também algumas de suas instituições como a FUNARTE. Em seguida, em 1993, foi criada uma lei de incentivo específica para a área do audiovisual, com foco especial no cinema, ampliando os percentuais de renúncia a serem aplicados. Tinha início o processo da conformação de uma nova política, mais voltada para as leis de mercado, na qual o Ministério tinha cada vez menos poder de interferência.

A gestão do Ministro Francisco Weffort, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, foi o momento da consagração desse novo modelo que transferiu

para a iniciativa privada, por meio da lei de incentivo, o poder de decisão sobre o que deveria ou não receber recursos públicos incentivados.

Ao longo da gestão Weffort, a Lei Rouanet se tornou um importante instrumento de marketing cultural das empresas patrocinadoras. A Lei foi sofrendo algumas alterações que foram subvertendo o projeto inicial de conseguir a parceria da iniciativa privada em investimentos na área da cultura. As mudanças ampliaram um mecanismo de exceção, o do abatimento de 100% do capital investido pelo patrocinador. Em síntese, isso significa que o capital investido pela empresa, que gera um retorno de marketing, é todo constituído por dinheiro público, aquele que seria pago de impostos. O resultado final é o da aplicação de recursos que eram públicos a partir de uma lógica do investidor do setor privado. Esta passou a ser a política cultural chave do Ministério na gestão Weffort.

O resultado de todo esse processo foi o de uma enorme concentração na aplicação dos recursos. Um pequeno grupo de produtores e artistas renomados conseguem obter mais patrocínio, que em grande parte se mantém concentrado nas capitais da região sudeste. As áreas que fornecem aos seus patrocinadores pouco retorno de marketing são preteridas, criando também um processo de investimento desigual entre as diversas áreas artístico-culturais, mesmo nos grandes centros urbanos. Essa foi a conjuntura herdada pelo Ministro Gilberto Gil, no governo do Presidente Lula.

#### **4.3 Os governos Lula e Dilma: ampliação das políticas e inovações institucionais**

Fazendo oposição à postura neoliberal do governo anterior na política de cultura adotada, Gilberto Gil assumiu o cargo de Ministro da cultura em 2003 proclamando em seu discurso de posse que tiraria “o Ministério da Cultura da distância em que ele se encontra, hoje, do dia-a-dia dos brasileiros” (CULTURA, 2003). Ainda em sua primeira declaração oficial como Ministro, Gil destacou algumas intenções para a política cultural do país que, mais à frente, saíram do plano discursivo e vieram a se tornar importantes heranças de sua gestão para o Ministério.

Seguindo a ordem de seu discurso, a primeira delas foi o alargamento do conceito de cultura para o Ministério, adotando uma abordagem antropológica deste conceito para a condução e a criação de políticas. A cultura então passa a ser tida como toda e qualquer manifestação humana que vá além do valor de uso a ela atribuída, que ultrapasse a precisão técnica, sendo portanto mais do que as formas canônicas de manifestação até então priorizadas pela política cultural. Ainda, a cultura seria o conjunto de símbolos compartilhados por um povo, o que atribui sentido às ações desse povo. Nas palavras de Gil, as ações desenvolvidas no MinC poderiam ser encaradas então como uma manifestação de antropologia aplicada (CULTURA, 2003).

Para Rubim (2012), a ampliação do conceito de cultura para o Estado fez frente a uma condução até então autoritária da política cultural, no sentido de reconhecer e incluir setores nas ações do Ministério que, até então, eram ignorados. Passaram a ser contempladas manifestações tipicamente populares, de origem afro-brasileira, indígenas e periféricas, dentre outras tantas; indo além do binômio de artes e patrimônio material que até então guiava a política cultural no país (RUBIM *et al*, 2017). Nesse sentido, Gil aponta para o papel do Estado enquanto agente de promoção do desenvolvimento cultural da sociedade e tão somente:

Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou mentefatos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade (CULTURA, 2003).

Rubi *et al* (2017) destacam duas consequências deste alargamento da noção de cultura na política. Primeiro a ampliação do público alvo dos programas e ações do Ministério da Cultura, que passou a não se restringir apenas àqueles considerados artistas. O público das políticas culturais passa a ser toda a população brasileira, agora tida como produtora de cultura e não somente receptora. A segunda consequência diz respeito ao aspecto institucional da política, que passou a ter certa transversalidade devido a amplitude de seu público agora. Isso resultou em uma maior participação do MinC nas discussões em pautas que antes eram tidas como exclusivas de outros ministérios (BRASIL, 2007)

Ainda no que se refere à dimensão institucional, destaca-se que uma das primeiras medidas tomadas no Ministério da Cultura no governo Lula em 2003 foi a reformulação da estrutura do ministério. Em oposição à estrutura que havia até então, dividida por setores da cultura e orientada para as finalidades da lei de incentivo, o MinC foi reestruturado voltado para a formulação e implementação de políticas públicas. Antes dividido em secretarias de música, literatura, artes cênicas, etc., o ministério passou a ser formado pelas secretarias de Articulação Institucional; Políticas Culturais; de Programas e Projetos Culturais; de Identidade e Diversidade Cultural; de Fomento e Incentivo Culturais; e, por fim, de Audiovisual, sendo mantida da gestão anterior - isso a partir do Decreto de nº 4.805, de 12 de agosto de 2003 (BRASIL, 2003)

Em relação à elaboração das políticas, a Secretaria de Programas e Projetos Culturais iniciou um diálogo com o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) com a finalidade de realizar estudos para produção e sistematização de informações a respeito do campo cultural do país (CALABRE, 2014). Os resultados dessas pesquisas foram de grande utilidade para a formulação de políticas de acordo com a realidade cultural do país e de suas potencialidades. Cabe dizer que estudos deste tipo na área da cultura o esforço de sistematização de informações do próprio ministérios até então eram raros e marcados por descontinuidades.

Essa produção de dados na área da cultura deu ao MinC uma base essencial para a formulação de políticas públicas em cultura que condiziam com a realidade do país. Assim, foram elaboradas durante o governo Lula algumas políticas emblemáticas para a área, a exemplo da Cultura Viva que ganhou destaque nacional e internacional e incorpora algumas ideias centrais do governo Lula em seu planejamento e condução do governo.

O Cultura Viva, criado em 2004, consistiu na capilarização da atuação do Ministério da Cultura sobre o território brasileiro, a partir da criação dos chamados pontos de cultura pelo país. Por meio deste instrumento a política nacional de cultura incorporou comunidades que até então estavam desassistidas pelo Ministério e se mantinham isoladas de seus programas e política (RUBIM, 2017). A principal

característica do programa foi a ampliação da base de atendimento e legitimação da política cultural, assumindo um caráter amplamente democrático para a política.

Em consonância com esta postura democrática do governo, de ampliação da participação social nas políticas culturais, foram realizados diversos fóruns e conferências nacionais, municipais e intermunicipais, para se discutir a política durante os anos de 2005 e 2010. As primeiras conferências foram voltadas para a discussão de elaboração do Plano Nacional de Cultura, reunindo sugestões para a construção das diretrizes deste documento. Tendo em vista que as conferências consistem em um instrumento de participação social em políticas, de consulta pública, foi a primeira vez que um governo brasileiro reuniu diversos setores da sociedade civil para discutir e deliberar a respeito da política cultural (CALABRE, 2014)

Depois de alguns meses de discussão e elaboração, o Plano Nacional de Cultura foi instituído no dia 1º de agosto de 2005, por meio da Emenda Constitucional de nº 48. Suas diretrizes orientaram e delimitaram a formulação das ações de política cultural no país durante os anos de governo Lula e Dilma, configurando um importante instrumento de política na área. As ações desenvolvidas a partir dele deveriam conduzir à:

I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileira; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III - formação de pessoal qualificado para a gestão de cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional. (BRASIL, 2005)

Calabre (2014) ressalta que a construção completa do Plano Nacional de Cultura foi um longo processo que durou parte dos dois mandatos de Lula e que deve ser encarada “como um grande exercício de democracia participativa” (CALABRE, 2014) no país. Sua finalização e aprovação ocorreu no final do ano de 2010, contendo 14 diretrizes, 36 estratégias, 53 metas e 275 ações na área da cultura previstas para os 10 anos seguintes.

Acompanhando esse esforço de construção democrática de uma política cultural para o país, iniciou-se a elaboração do Sistema Nacional de Cultura (SNC). O que se visava era a criação de um arcabouço institucional para a estruturação e consolidação de uma política cultural democrática, condizente com a realidade e as

demandas da sociedade brasileira, e que ultrapassasse governos e fosse então uma política de Estado. Utilizando de modelo e inspiração alguns sistemas de política existentes no país, como Sistema Único de Saúde por exemplo, o intuito era o de fornecer maior institucionalidade para a área da cultura, por meio de um órgão gestor central, e ao mesmo tempo legitimidade para sua atuação, a partir da divisão de ações com outros níveis de governo e do diálogo com a sociedade utilizando de instrumentos participativos previstos no sistema - as conferências sazonais e os conselhos paritários e deliberativos em nível local (BRASIL, 2012). Cabe dizer que o SNC foi aprovado após os anos de governo Lula, já durante a gestão Dilma em 2012, tendo à frente do Ministério da Cultura a gestão de Marta Suplicy.

Esses avanços notáveis na política cultural do país podem ser atribuídos a diferentes fatores, como capacidade de governança ou o contexto histórico nacional, porém destacamos três que de acordo com Rubim (2015) tiveram especial relevância para o fortalecimento do Ministério e da política desenvolvida por ele. O primeiro diz respeito ao orçamento do MinC que durante os anos de governo Lula cresceram de 0,14% para quase 1% do orçamento geral da União (RUBIM, 2015). O segundo diz respeito à uniformidade do projeto político durante todo o governo, mesmo com a troca de gestão ocorrida em 2008, em que Juca Ferreira substituiu Gilberto Gil à frente do Ministério. É importante notar que Juca ocupava o cargo de Secretários Executivo durante a gestão de Gil, o que colabora para o alimento geral da política mesmo diante da troca de gestão. Por fim, destaca-se como o terceiro fator a capacidade de diálogo do Ministério com os poderes públicos subnacionais, as instituições estatais e as comunidades culturais em nível nacional e internacional. Esses fatores permitiram ao MinC ganhar maior relevância política, econômica e social, de uma maneira nunca antes vista no país.

Dessa maneira, podemos considerar que o governo Dilma herdou na cultura uma política inovadora, de caráter amplamente democrático e legitimada pela sociedade, sendo necessário portanto consolidá-la enquanto uma política de Estado, mantendo as conquistas feitas até então e trabalhando nas lacunas deixadas. Porém, as próprias características inovadoras desta política cultural criada durante os governos Lula dificultaram que ela se fortalecesse durante os anos de Dilma. A complexidade dos arranjos e articulações necessárias para conduzir a nova política

se mostrou um grande obstáculo durante as gestões de Ana de Hollanda e Marta Suplicy.

De acordo com Rubim (2015), as gestões do Ministério da Cultura durante os governos Dilma foram marcadas por inação em algumas áreas e por retrocesso em outras. O autor destaca a atuação - ou a ausência - da gestão nas áreas de financiamento e de articulação intersetorial, no Sistema Nacional de Cultura, no Plano Nacional de Cultura e no programa Cultura Viva.

A ampliação das bases de atuação do Ministério e do público alvo de seus programas sugeriam o avanço da política cultural com aprofundamento do trabalho desenvolvido pelo governo anterior que, mesmo com algumas falhas, deixavam caminhos para complementações e para a criação de novas iniciativas na área. Apesar disso, o que se observou nos anos de governo Dilma foram duas gestões marcadas por algumas descontinuidades, como no programa Revelando Brasis, indecisões declaradas; “algo não esperado em uma gestão comprometida com a manutenção do projeto político que ascendeu ao governo federal em 2003” (RUBIM, 2015). Porém, houve também alguma continuidade, destacando a condução do PNC e do SNC, que são uma parte da política dotada de amplo arcabouço institucional e legitimação frente aos governos subnacionais e à sociedade, além de avanços na interação da política cultural e educacionais e na criação da dimensão de cultura criativa na política nacional.

Na gestão de Ana de Hollanda sobressaem as ideias em desacordo com as políticas estabelecidas até então. Os temas conflituosos se concentravam nas discussões de direitos autorais, de culturas digitais, de política das artes e até mesmo dos Pontos de Cultura do programa Cultura Viva, marcando o tempo em que esteve à frente do Ministério de constantes conflitos internos (RUBIM, 2015). Além disso, influenciou também a reduzida força política que tinha a ministra, que colaborou para a redução do status e da capacidade de atuação e formulação de políticas do MinC em relação aos anos anteriores.

O tempo de Marta Suplicy à frente do Ministérios se caracterizou por outros aspectos. Ao assumir o cargo, as expectativas se voltavam para a capacidade política de Marta e foram alimentadas pelos seus acenos à retomada das discussões a respeito das temáticas polêmicas dentro do ministério. Destaca-se

em sua gestão a criação do programa Vale-Cultura, que tinha por objetivo aumentar o acesso aos meios de difusão de cultura por parte dos trabalhadores com renda de até 5 salários mínimos. Apesar deste avanço para a garantia do direito de acesso à cultura, não houve outras conquistas mais relevantes para a política nem a superação das antigas tensões no ministério, demonstrando pouco compromisso com a política cultural (RUBIM, 2015).

A gestão foi marcada pela concentração de poder decisório e pelo enfraquecimento das equipes do Ministério. O constante diálogo com a sociedade, a comunidade cultural e os atores políticos nacionais e internacionais que se verificava até então, e que era central para a formulação e implementação da política nos anos anteriores, foram reduzidos a exceções na dinâmica da política. Rubim (2015) ressalta que os interesses políticos imediatos passaram a ocupar o lugar da inovação da política e do esforço de recolocar o MinC no patamar anterior de prestígio e capacidade institucional. Além disso, houve alta rotatividade de pessoal dentro do Ministério e uma baixa de orçamento notável em 2014.

#### **4.4 De Temer a Bolsonaro: processos recentes de desmantelamento**

A gestão que se seguiu no governo federal foi a de Temer, com seu projeto político neoliberal de intenções formalizadas no documento “Uma ponte para o futuro”, antes mesmo de o vice-presidente assumir o cargo da presidência. Em consonância com a previsão de redução do Estado contida no seu programa de governo e sob o argumento da necessidade de redução de gastos públicos, o Ministério da Cultura foi extinto em uma das primeiras medidas do novo governo. Sua estrutura foi reduzida e passou então a ser uma Secretaria subordinada ao MEC, tendo como Secretário Mendonça Filho.

Ao adotar essa estratégia de *policy dismantling* de corte institucional, o governo passou a enfrentar ampla resistência da classe artística e de setores da sociedade civil. Houve grande volume de manifestações nas redes sociais e nas ruas contra a extinção do MinC, dentre elas a ocupação dos prédios ligados ao Ministério, os abaixo-assinados e mobilizações nacionais e internacionais de alcance

mediático. Frente à pressão popular, Temer optou por recriar o MinC para “serenar os ânimos da população”, de acordo com o então Secretário de Cultura.

Contudo, esse aceno à população não se traduziu na retomada plena das atividades do Ministério e na continuidade da política cultural e de seus programas. O desmantelamento foi continuado, agora dentro do Ministério, com a exoneração de 81 comissionados sob a justificativa de “reestruturação da pasta, do plano de valorização dos servidores de carreira e do ‘desaparelhamento’ do MinC” (CERQUEIRA, 2019). Além disso, durante os dois anos de governo foram seis diferentes nomes a ocuparem o cargo de Ministros e um corte de mais de 40% no orçamento destinado à cultura.

A partir de 2019, Bolsonaro assumiu o governo nacional e extinguiu o Ministério da Cultura, reduzindo-o à Secretaria Especial de Cultura subordinada primeiro ao Ministério da Cidadania e um pouco mais adiante transferida para o Ministério do Turismo. Uma das funções da Secretaria é descrita no site do governo como assessoramento do “Ministro do Turismo na formulação de políticas, programas, projetos e ações que promovam o Turismo por meio da cultura” (BRASIL, 2021), sendo notável que a cultura não ocupa lugar relevante na política desenvolvida pela pasta, mas sim uma posição subsidiária em relação ao turismo.

Desde a sua criação, a Secretaria Especial de Cultura teve à frente cinco Secretários diferentes. O primeiro deles, Henrique Pires, deixou o cargo declarando as pressões governamentais para censura de conteúdos que vão de encontro com a “ideologia” do governo enquanto “sucessivas tentativas de cerceamento à liberdade de expressão” (FOLHA, 2019). Em seguida foi substituído por Ricardo Braga, que ficou apenas dois meses no cargo. O terceiro Secretário passou a ser o então diretor da Funarte, Roberto Alvim, até proferir em um discurso oficial de lançamento do Prêmio Nacional das Artes partes de um discurso de Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda da Alemanha nazista. Em substituição, assumiu o cargo Regina Duarte em 2020. Sua gestão foi marcada por declarações alinhadas às ideias conservadoras do governo e pela ausência de apoio ao setor e à comunidade cultural durante a pandemia de Covid-19. Após dar algumas declarações polêmicas em rede nacional, Regina foi exonerada e substituída por Mario Frias ainda em 2020.

Para além da redução de status da cultura nas políticas federais, da desmoralização da pasta com as polémicas envolvendo os Secretários e das descontinuidades de gestão, outras ações de desmantelamento também foram adotadas pelo governo Bolsonaro. Destaca-se o enfraquecimento de outras instituições atuantes na política cultural do país por meio de cortes orçamentários expressivos. A exemplo da Agência Nacional de Cinema (Ancine), que sofreu uma redução de 43% em seu orçamento sob os argumentos de que a produção cinematográfica não deveria ser feita pelo Estado e que as produções da instituição iam contra a ideologia vigente do governo. Portanto, em paralelo à redução de recursos e ao processo de desmantelamento da política cultural, destacam-se também os esforços de censura, denunciados já pelo primeiro Secretário da pasta em 2019 e evidenciados em diversos episódios.

Dessa maneira, temos que o processo de *dismantling* iniciado durante o governo Temer, de maneira quase discreta, por meio de cortes orçamentários e exonerações, tomou proporções absurdas na gestão de Bolsonaro. O que se vê não é a ausência de uma política, mas sim a existência de uma política de destruição das instituições culturais do país e toda a trajetória de avanços feitos até então, configurando um desprezo pela garantia dos direitos culturais previstos na Constituição Federal de 1988 e pela liberdade de expressão.

## **5 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE CULTURA EM MINAS GERAIS**

O primeiro registro que se tem de marco institucional na área da cultura em Minas Gerais data do final do século XIX, com a criação da Imprensa Oficial em 1891 e do Arquivo Público Mineiro em 1895. No século seguinte, durante o ano de 1910, foi criado o Museu Mineiro, em consonância com os esforços de documentação e preservação da memória que o Estado estava empreendendo.

Nos anos que se seguiram, destaca-se o governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930). Durante sua gestão não houve marcos institucionais na área da cultura, porém o Entrevistado A afirma que esse governo inaugurou no Estado as primeiras ações públicas voltadas para a cultura. Os

esforços se deram por meio do apoio estatal a alguns programas de salvaguarda do patrimônio e a algumas manifestações reconhecidas então como culturais.

Durante a gestão de Benedito Valladares Ribeiro (1933-1945) é criada a Rádio Inconfidência, no ano de 1936, em um investimento na capacidade comunicativa do Estado. Alinhado ao governo federal, com “fidelidade quase absoluta que absoluta a Vargas” (MINAS GERAIS, 2021), Benedito investe na radiodifusão como um dos principais meios do governo se comunicar com a população, de maneira bastante similar à estratégia de Getúlio Vargas. Apesar de ter sido criada para cumprir a função comunicacional do estado, a rádio acaba por cumprir também a função de promoção e difusão cultural, ampliando por meio do seu alcance o acesso da população a algumas manifestações culturais.

No governo de Juscelino Kubitschek (1951-1955) foram criadas a Universidade Mineira de Artes e a Biblioteca Pública Estadual, ambas em 1944. Esses dois marcos têm relevância educacional e cultural para Minas Gerais, além de sua importância institucional, considerando que constituem o primeiro esforço estadual no sentido de formação na área da cultura. Na perspectiva do Entrevistado A, JK consolida com a inauguração do prédio da Biblioteca Pública na praça da Liberdade, entre os os prédios que abrigavam o poder público estadual na época, o projeto de cultura que vinha sendo desenhado até então.

Um novo marco institucional na área da cultura é a criação em 1963 do primeiro órgão público no Estado a ter uma de suas funções direcionada para o setor: a Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular. Isso ocorreu no contexto do governo de José Magalhães Pinto (1961-1966), sob a gestão do Professor Edgar de Godoy da Mata Machado. Dentre suas competências estavam:

I - promover a adequada utilização de fatores de cultura em favor da promoção social; [...]

VII - incentivar ou desenvolver atividades de recreação popular; [...]

IX - orientar, coordenar e controlar instrumentos de promoção da cultura popular, compreendendo a utilização de bibliotecas, teatro, museu, cinema, radiodifusão, música, dança, folclore, arte plástica, literatura, pesquisa histórica, cursos de extensão e esportes. (MINAS GERAIS, 1964)

Para dar suporte à Secretaria no sentido de sugerir “medidas que visem à promoção e difusão da cultura popular” (MINAS GERAIS, 1964a) foi criado o

Conselho Estadual de Cultura Popular. Compondo a estrutura orgânica da Secretaria, o Conselho era composto por servidores e tinha como função a realização de estudos na área da cultura popular para dar suporte à elaboração das ações da Secretaria.

Na década de 1960, durante a gestão do último governador eleito antes do golpe militar, tem-se alguns avanços institucionais no sentido de delinear uma política cultural estruturada para o estado, de acordo com o Entrevistado A, apesar da perda de status institucional da cultura. O então Presidente do Estado, Israel Pinheiro (1966-1971), alterou o nome da Secretaria de Estado de Trabalho e Política Cultural para Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social<sup>2</sup> e alocou as funções de gestão cultural em um novo conselho, o Conselho Estadual da Cultura. A instância criada em 1967, era um órgão colegiado, normativo e consultivo, incumbido de deliberar os assuntos concernentes à área da cultura (VITÓRIA, 2021).

Durante este governo, o escritor Murilo Rubião foi uma figura importante na criação de novas instituições direcionadas para a cultura no estado. Tido como “Secretário Informal de Cultura” pelo Entrevistado A, foi responsável pela criação do Suplemento Literário dentro do Jornal Minas Gerais e da Fundação de Artes de Ouro Preto e pela recuperação e transformação da Escola Guignard em uma instituição pública, a Fundação Escola Guignard.

Essas ações constituíram uma estruturação de organismos ligados à cultura que contribuíram para a difusão das artes visuais e literárias, para a preservação do patrimônio histórico cultural de Minas Gerais e para a formação artística no estado. Além disso, durante o governo de Israel Pinheiro criou-se também a Fundação Palácio das Artes em 1970 - hoje Fundação Clóvis Salgado -, foi reformada a Casa de Ópera de Sabará, onde hoje é o Teatro Municipal de Sabará, e foi realizado o I Festival de Inverno da UFMG.

A gestão seguinte teve à frente Rondon Pacheco (1971-1975), governador nomeado já no contexto do governo militar. Foi durante o seu mandato que se criou a Fundação Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de

---

<sup>2</sup> Lei Ordinária n 4266, de 14/10/1966

Minas Gerais - FEPHAIMG, em 1971. A criação do órgão se deu a partir do “Compromisso de Brasília”, de 3 de abril de 1970, em que os governadores dos estados escolhidos pelo governo militar se comprometeram a criar

órgãos estaduais e municipais adequados, articulados devidamente com os Conselhos Estaduais de Cultura e com a [Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional] DPHAN, para fins de uniformidade da legislação em vista, atendido o que dispõe o art. 23 do Decreto Lei 25, de 1937<sup>3</sup> (IPHAN, 1970).

Essa medida tem em vista “a inadiável necessidade de ação supletiva dos estados e municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional” (IPHAN, 1970). Configurou-se assim um avanço institucional na política de cultura estadual, realizado a partir de uma determinação do governo federal militar.

Em 1975, todos os programas e ações direcionados à cultura foram reunidos na Coordenadoria de Estado da Cultura, um órgão autônomo sob a supervisão da Secretaria do Governo na gestão de Aureliano Chaves (1975-1978), constituindo um avanço relativo. O órgão era responsável por coordenar as atividades das entidades estaduais que se voltavam para a cultura e para a preservação do patrimônio histórico e artístico do estado (MINAS GERAIS, 2005), sendo ela a faceta institucional do governo de Minas no campo cultural. Porém, as entidades estaduais ligadas à cultura não estavam vinculadas à Coordenadoria, e sim ao Gabinete Civil do Estado. Dessa maneira, não havia ainda uma estruturação sistemática da cultura no estado.

Nos anos 1980, durante o período de transição para a democracia, Tancredo Neves (1983-1984) foi eleito, pelo PMDB, Governador de Minas Gerais na primeira eleição do estado após o golpe de 1964. Em sua campanha política estabeleceu o compromisso de criação da primeira Secretaria Estadual para a cultura no estado e em 1983, após tomar posse, criou a Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais

---

<sup>3</sup> Dispõe sobre a política de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional

## 5.1 A Secretaria de Estado de Cultura como marco de institucionalização da política cultural e continuidades

A criação da Secretaria de Estado de Cultura se dá no contexto da redemocratização do país. Neste momento há uma efervescência da cultura marginal, que reclama a independência da criação cultural em relação ao governo autoritário e sua concepção de cultura e exigências ideológicas (CESAR, 1980), e assim carece de recursos para suas produções. Nesse sentido, as discussões a respeito das políticas culturais no país são permeadas pelo desafio posto ao governo democrático de “gerir a cultura sem dirigir a cultura” (JÚNIOR, 2007, p.70).

Nesse cenário, foi nomeado como primeiro Secretário da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais (SEC) o deputado José Aparecido de Oliveira (1983-1985), que mantinha relações estreitas com personalidades influentes na política e na produção cultural do país. Sua capacidade política e sua inserção nos meios empresarial e cultural promoveram na SEC um ambiente de constantes debates, por meio dos seminários, da sua entrada na mídia e de movimentações políticas de diálogo. Devido a essa inclinação à articulação institucional e de sua influência foi realizado pelo Secretário 1 Encontro Nacional de Política Cultural, em 1984, nas cidades de Belo Horizonte e Ouro Preto. Na ocasião de encerramento do evento, José Aparecido, também presidente do Fórum Nacional dos Secretários da Cultura declarou que:

O Primeiro Encontro Nacional reafirmou que a cultura depende da democracia. Os artistas e intelectuais estão unidos e mobilizados em favor da convocação da Assembléia Nacional Constituinte, que reordene a Nação, e das eleições diretas-já para a Presidência da República. (BELO HORIZONTE, 1984 *apud* SILVA, 2005)

Para além da promoção do diálogo e de deliberações a respeito das políticas culturais, houve avanços institucionais durante a primeira gestão da Secretaria. Foi criada a Fundação TV Minas Cultural e Educativa, em 1984, que existe hoje sob o nome Rede Minas. Essa ação foi relevante para o aumento da difusão e da promoção cultural das produções artísticas do estado, principalmente no que se refere à área do audiovisual e ao acesso à cultura por parte da população.

Ainda que a criação de uma nova instituição direcionada para a cultura seja relevante para a área e para o presente trabalho, o que sobressai desta primeira gestão é a reunião em um só órgão de todas as entidades públicas estaduais de cultura. Este avanço institucional inédito no estado até então constituiu o primeiro passo no sentido de estruturar uma política cultural robusta para Minas Gerais, a partir da consolidação do que o Entrevistado B denomina de “sistema operacional de cultura”.

Já em 1985, com a eleição de Tancredo Neves para a presidência e, com sua morte, a manutenção do mesmo projeto político de estruturação dos Ministérios por parte de Sarney (1985-1990), José Aparecido de Oliveira foi nomeado primeiro Ministro de Cultura do país. A partir de então, iniciou-se um processo de descontinuidade de gestão na Secretaria de Cultura, com a alternância de seis Secretários durante um período de seis anos.

Durante a gestão de Hélio Garcia (1985-1987), vice de Tancredo em Minas Gerais, ocuparam o cargo de Secretários de Cultura Delfim Ribeiro (1985-1986) e Jota Dângelo (1986). Neste período não houve criação de novas instituições culturais no estado ou avanço nessas políticas. Para além da paralisia, verificou-se um retrocesso na produção científica direcionada à área cultural com a extinção do Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro.

Na gestão seguinte, de Newton Cardoso (1987-1991), passaram pela cultura quatro Secretários: Ângela Gutierrez (1987-1988), Aloísio Garcia (1988-1989), Fernando Paz (1989-1990) e Elvécio Guimarães (1990-1991). Este período foi marcado pela inconstância na condução da secretaria e pelo descaso em relação às políticas culturais do estado. De acordo com a Entrevistada B, este foi o “pior momento da política cultural”, marcado pela tentativa de dizimação da Secretaria por parte da gestão e permeada por uma visão mercantilista e limitada da cultura na condução das políticas. Nesse sentido, destaca que houve investidas de desmoralização da área por meio de promessas jocosas de transformar o salão do prédio do Palácio das Artes em um sacolão.

Apesar dos retrocessos e descontinuidades durante essa gestão, houve avanço para a política cultural no âmbito normativo com a promulgação da Constituição Estadual de Minas Gerais em 1989. Na Carta Estadual, a sessão IV,

com seus artigos 207, 208, 209 e 2010, se dedica à cultura e reitera os princípios da CF 1988 de direito pleno à Cultura a partir da ótica ampliada de cultura, englobando as mais diversas formas de manifestações culturais:

Art. 208 – Constituem patrimônio cultural mineiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira, entre os quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, tecnológicas e artísticas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, ecológico e científico. (MINAS GERAIS, 1987)

Nesse sentido, a Constituição Estadual reverberou as premissas de inclusão e de democratização no campo da cultura e do patrimônio cultural presentes na Constituição Cidadã. Mais além, acrescenta ao aparato normativo pontos referentes à produção, preservação e promoção da diversidade cultural do estado e a necessidade da capilarização da política cultural no extenso território mineiro, de maneira articulada e integrada. Além disso, no artigo 207, inciso VII, cria o Fundo de Desenvolvimento Cultural do Estado, um importante mecanismo de financiamento democrático da cultura.

A gestão que se segue tem novamente Hélio Garcia (1991-1995) à frente do governo que, ao assumir, nomeou Celina Albano (1991-1993) para a Secretaria de Cultura. De acordo com a Entrevistada B, durante o tempo em que Celina foi Secretária, foi estruturada uma equipe com pessoas ligadas à área da cultura e com conhecimento no assunto para a elaboração de políticas, além de um esforço de estruturação mais formal da Secretaria, em relação a que se tinha até então.

Nesse sentido, um avanço expressivo foi a realização do I Censo Cultural do Estado de Minas Gerais, com o intento de dotar a Secretaria, os municípios e a sociedade de informações sistematizadas a respeito da formação e configuração da área cultural de Minas Gerais. O Censo foi feito em todas as dez regiões do estado, excluindo a cidade de Belo Horizonte por sua complexidade, de maneira que

oferece, de acordo com Menegale (1995), “subsídio técnico-informacional para a implementação de ações, com origem tanto no campo governamental quanto nas iniciativas dos produtores culturais, em toda Minas Gerais”.

No período, os esforços da Secretaria estavam voltados para a produção de conhecimento a respeito do perfil cultural do estado, em um esforço de melhorar as políticas culturais a médio e longo prazo. Assim, o momento foi marcado também por ações fragmentadas na área, de acordo com a Entrevistada B. Além disso, durante o ano de 1994, houve uma descontinuidade na gestão da Secretaria quando Celina saiu do cargo e foi substituída por Antônio Augusto Anastasia (1994), que já havia estado à frente de outras quatro Secretarias no governo.

Neste ano, um marco normativo importante de institucionalização da política cultural foi a organização do Conselho Estadual de Cultura<sup>4</sup>, por meio da Lei 11.484, de 10/6/1994, como um órgão deliberativo vinculado à Secretaria com finalidade de participar da elaboração da política e coordenar sua gestão e implantação. Na referida lei, o Conselho é composto por cinco representantes do governo do estado, tendo como presidente o Secretário de Cultura, um representante da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), três representantes indicados pelo Secretários e oito representantes da sociedade civil com atuação na área cultural. Importante ressaltar que o Conselho dispõe de uma comissão de legislação e norma. Destaca-se que a reorganização do Conselho é relevante por constituir um espaço de participação social, democratizando a gestão cultural no estado.

Outro avanço normativo no período consiste na Lei 11.726, de 30/12/1994, que dispõe sobre a Política Cultural do Estado de Minas Gerais. Nesta legislação, o Estado conceitua política cultural como “o conjunto de ações desenvolvidas pelo poder público na área cultural” (MINAS GERAIS, 1994), estabelece seus objetivos<sup>5</sup> e dá diretrizes específicas para cada setor de atuação na

---

<sup>4</sup> Conforme mencionado, o Conselho Estadual de Cultura tinha sido instituído pela Lei 8.502 19/12/1983.

<sup>5</sup> A referida lei enuncia em seu artigo 1 que: “O pleno exercício dos direitos culturais é assegurado a todo indivíduo pelo Estado, em conformidade com as normas de política cultural estabelecidas nesta lei.”. No artigo 2 constam os objetivos: “I - criar condições para que todos exerçam seus direitos culturais e tenham acesso aos bens culturais; II - incentivar a criação cultural; III- proteger os bens que constituem o patrimônio cultural mineiro; IV - promover a conscientização da sociedade com vistas à preservação do patrimônio cultural mineiro; V - divulgar o patrimônio cultural mineiro”.

cultura. Cabe destacar que sua elaboração foi feita a partir dos Fóruns Técnicos realizados durante o ano de 1992, que foram divididos em: documentação e informação: arquivos, bibliotecas e museus; patrimônio cultural e natural: memória e esquecimento; Estado e cultura; e mecanismo de financiamento da cultura. A finalidade desses fóruns era debater as políticas para cada uma dessas áreas a partir da visão de diversos atores atuantes no campo e, assim, contribuir para a elaboração desta legislação e outras deliberações e normativas da Secretaria.

Em 1995, Eduardo Azeredo (1995-1999) assume o governo de Minas Gerais e a Secretaria de Estado da Cultura fica a cargo de Berenice Menegale (1995-1996). A Secretária dispunha de excelente interlocução com a área da cultura no estado e no país, dada sua carreira como pianista e sua atuação no campo da educação musical pela Fundação de Educação Artística. Além de sua credibilidade institucional, destaca-se sua experiência no âmbito da gestão pública, considerando sua atuação anterior como Secretária de Cultura em Belo Horizonte e, também, na Coordenadoria de Estado da Cultura.

Foi em sua gestão que, de acordo com Vitória *et al* (2021), a Secretaria de Cultura foi efetivamente submetida a uma reestruturação, por meio da Lei 12.221, de 01/07/1996. Nesse sentido, a referida lei pode ser considerada um marco relevante de institucionalização da política cultural no estado.

A legislação define como finalidades da Secretaria a proposição, coordenação, execução e acompanhamento da Política Cultural do estado e estabelece suas competências. Dentre elas destaca-se a função de “fomentar e divulgar a cultura mineira em todas as suas expressões e em sua diversidade regional, promovendo a circulação de bens culturais” (MINAS GERAIS, 1996)<sup>6</sup>,

---

<sup>6</sup> Além desta primeira, a lei também define as seguintes competências para a Secretaria: II - elaborar e executar planos, programas e projetos de pesquisa, documentação e divulgação das manifestações culturais; III - promover a preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico do Estado, incentivando o seu uso e a fruição pela comunidade; IV - promover ações que visem a estimular o surgimento e o desenvolvimento de vocações artísticas; V - estimular a pesquisa e a criação artística, promovendo a sua veiculação; VI - apoiar e promover a instalação e a atuação de bibliotecas, museus, teatros e outras unidades culturais; VII - promover a formação, o aperfeiçoamento e a qualificação de técnicos e agentes culturais; VIII - articular-se com órgãos e entidades oficiais e agentes diversos da comunidade, bem como relacionar-se com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, com vistas ao intercâmbio e à cooperação culturais; IX - incentivar a aplicação de recursos públicos e privados em atividades culturais, promovendo e coordenando a sua captação; X - supervisionar e coordenar, por meio do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas

reafirmando a noção ampla de cultura presente na CF 1988 e na Constituição Estadual. Além disso, reorganiza e define a estrutura orgânica da Secretaria e estabelece formalmente uma diretriz de regionalização da política cultural, em concordância com o plano de ação definido pelo então governador.

Ainda no ano de 1996, foi criado o Fundo Estadual de Apoio à Indústria Cinematográfica (FEAIC), no sentido de garantir financiamento público para a produção de cinema e o desenvolvimento e promoção da cultura no estado. Porém, apesar do aparente avanço institucional, não foi registrada execução orçamentária do fundo mesmo que houvesse previsão orçamentária destinada a ele.

Em 1997, em substituição à Secretária Berenice Menegale, assumiu a Secretaria o deputado Amílcar Martins (1997-1998) após deixar o cargo de Secretário de Governo no estado. Nesta gestão, um marco foi a aprovação da Lei no 12.733 de 30/12/1997 que corresponde à Lei Estadual de Incentivo à Cultura do estado. A norma foi formulada por Eleonora Santa Rosa, que havia redigido a lei de incentivo para o município de Belo Horizonte e tinha ampla experiência na cultura, seja pelos anos de militância na área, seja por sua atuação como Diretora de Planejamento da Secretaria Municipal de Cultura de BH. A Lei Estadual tem como base a renúncia do ICMS de maneira a viabilizar a produção cultural, estabelecendo uma relação Estado, sociedade e mercado, como um novo braço de financiamento para a cultura, importante no contexto de dificuldades fiscais do estado e dos primeiros sinais de recuperação da economia do país com o Plano Real.

Ainda durante sua gestão, Amílcar Martins consolidou o programa de bandas no estado dando maior estabilidade e institucionalidade ao programa na Secretaria, em um avanço relevante na política cultural do estado que possui o maior número de corporações musicais registradas do Brasil.

No governo seguinte, de Itamar Franco (1999-2003), foi designado para a Secretaria da Cultura Ângelo Oswaldo (1999-2003), logo após sua atuação na Diretoria de Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte. O Secretário assumiu o cargo tendo vasta experiência na área: teve uma participação pontual na Coordenadoria de Cultura, foi Secretário de Turismo e

---

Gerais - IEPHA -, o levantamento e o cadastramento do patrimônio cultural, histórico e artístico do Estado, com vistas a sua preservação, proteção e adequada utilização pela comunidade.

Cultura de Ouro Preto, foi Conselheiro da FAOP, Presidente do IPHAN e, ainda, Chefe de Gabinete de Celso Furtado no Ministério da Cultura.

Destaca-se nesta gestão o direcionamento das políticas para as questões do patrimônio cultural, coroado pela criação do Fundo Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico (FUNPAT) por meio da Lei 13.464, de 12/01/2000. Essa legislação estabelece que o objetivo do instrumento consiste em “possibilitar a captação e a alocação de recursos financeiros para a conservação, a restauração e a reconstrução de bens de valor histórico, artístico e arquitetônico do Estado, representativos da cultura mineira em suas diversas manifestações, contextos e épocas” (MINAS GERAIS, 2000). Ainda que tenha constituído um avanço institucional no âmbito normativo para a cultura, o Fundo nunca foi efetivamente utilizado.

No ano de 2003 iniciam-se as duas gestões de Aécio Neves (2003-2006) (2007-2010) à frente do governo de Minas, com quatro diferentes Secretários de Cultura no período, que foi marcado por diferentes avanços relevantes na política cultural do estado.

## **5.2 Consolidação e ampliação da política cultural a partir de 2003**

O primeiro Secretário a assumir a pasta da Cultura em 2003 foi Luiz Roberto Nascimento e Silva (2003 - 2005), após seu tempo de atuação no Ministério da Cultura, mais especificamente na elaboração da Lei Sarney. O tempo em que Luiz Roberto esteve à frente da Secretaria foi marcado por insatisfação da comunidade cultural de Minas em relação à sua condução da política cultural.

Nesse sentido, em matéria do Jornal O Tempo (RESENDE, 2010), algumas figuras notáveis na área classificaram a gestão do Secretário como insatisfatória, marcada pelo desconhecimento a respeito da cultura mineira na elaboração de programas e ações.

Em resposta à insatisfação da comunidade cultural, foi nomeada para a Secretária Eleonora Santa Rosa, que ocupou o cargo entre os anos de 2005 e 2008. Como mencionado, a referida Secretária contava com uma ampla experiência na área da cultura, marcada pelos anos de militância, pelas pesquisas feitas no

CECH-FJP, pela elaboração das Leis de Incentivo Cultural de Belo Horizonte e de MG e pela sua atuação na Secretaria Municipal de Cultura da capital mineira. A partir de seu relato, considera-se que Eleonora assume o cargo com uma noção clara do que haveria de ser feito para a consolidação de um sistema de cultura no estado, e ao assumir define uma equipe com capacidade expressiva na área de cultura.

De acordo com Vitória *et al*, o ano de 2005 inaugura um momento em que a ênfase dada até então às políticas públicas pelo estado é transferida para o fortalecimento de sua estrutura institucional, com atenção à democratização e descentralização das políticas pelo território. Starling (2012) observa que, no âmbito da cultura, este movimento decorreu principalmente das críticas ao aproveitamento deficiente do potencial de universalização contido nos mecanismos de incentivo fiscal. O período marca também o início da discussão a respeito do Sistema Nacional de Cultura, que continha uma proposta de acesso democrático e amplo da cultura em todo o país.

Neste contexto, foi realizada em 2005 a I Conferência Estadual de Cultura, no contexto da Conferência Nacional de Cultura, para discutir e deliberar as propostas para o Plano Nacional de Cultura e para a construção do Sistema Nacional de Cultura. Além disso, foram tratadas as questões do próprio Plano Estadual de Cultura que alimentaria a orientação da política em nível nacional. As discussões foram pautadas a partir das diretrizes de democratização e interiorização da política cultural, estruturadoras da gestão de Eleonora Santa Rosa e alinhadas à gestão de Gilberto Gil no MinC. O trabalho afinado do governo estadual com o governo federal resultou na criação de 100 pontos de cultura em Minas Gerais, dentro do programa federal Cultura Viva, e no I Encontro Nacional de Pontos de Cultura, realizado no Palácio das Artes.

É importante destacar a ênfase na sistematização, na compreensão das realidades locais, na visão democrática para o repasse de recursos e na construção de parcerias tinham centralidade na atuação do governo nacional na cultura. Essas diretrizes tiveram reflexo no nível estadual, de modo que a Entrevistada B ressalta que esses elementos direcionavam as discussões travadas nos fóruns nacionais de

cultura e nos fóruns estaduais de Minas Gerais. Deste modo, a presença desses elementos na política cultural do estado é notável no período.

Nesse sentido, foram realizadas pesquisas sistemáticas de diagnóstico da realidade do setor cultural de Minas, de forma a elaborar programas e ações capazes de atender as diferentes realidades culturais presentes no extenso território mineiro. Em consonância com essa diretriz de democratização, foi criado em 2006 o Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais (FEC), em um notável avanço institucional para a política cultural, principalmente no sentido da expansão de seu alcance na área de financiamento.

O Fundo Estadual de Cultura, criado pela Lei nº 15.975, de 12 de janeiro de 2006, consiste em um instrumento de política de financiamento que tem por objetivos, em seus termos:

I - dar apoio financeiro a ações e projetos que visem à criação, à produção, à preservação e à divulgação de bens e manifestações culturais no Estado;

II - estimular o desenvolvimento cultural do Estado em suas regiões, com foco prioritário para o interior, considerando o planejamento e a qualidade das ações culturais;

III - apoiar as ações de manutenção, conservação, recuperação e difusão do patrimônio cultural, material e imaterial, do Estado;

IV - incentivar a pesquisa e a divulgação do conhecimento sobre a cultura e as linguagens artísticas, preferencialmente conectadas à produção artística;

V - incentivar o aperfeiçoamento de artistas, técnicos e gestores das diversas áreas de expressão da cultura;

VI - promover o intercâmbio e a circulação de bens e atividades culturais com outros estados e países, difundindo a cultura mineira. (MINAS GERAIS, 2006).

A partir dessas diretrizes, e da própria natureza do instrumento, sua contribuição para a democratização e a interiorização do financiamento cultural pelo estado é notável, considerando que o acesso ao fundo independe de critérios mercadológicos, como é o caso do financiamento por meio de isenção fiscal. Dessa maneira, as produções culturais ignoradas pelo mercado, seja por sua localização distante dos grandes centros ou por suas características não serem suficientemente lucrativas, passaram a ser contempladas pela política cultural de financiamento.

Durante a gestão em foco, também foram criados programas setoriais estruturadores da política cultural como um todo. Destaca-se o Cena Minas, direcionado às artes cênicas, incluso o circo, e o Música Minas para o setor musical, ambos voltados para a promoção, circulação e produção das produções feitas pelos setores culturais de Minas. No setor audiovisual, foi feita a reformulação do Filme em Minas, incluindo a ampliação dos valores e das categorias compreendidas pelo programa de estímulo ao audiovisual no estado. Além disso, com o programa Construindo uma Minas Leitora, mais de cem bibliotecas foram implantadas pelo território estadual, de forma que o déficit desses equipamentos em Minas foi reduzido próximo a zero. Por meio deste programa foram realizadas ações de promoção à leitura e aquisições de acervos, equipamentos e mobiliários destinados a esse setor (ROSA, 2021)

Outro programa estruturador da gestão foi o Circuito Cultural da Praça da Liberdade, que foi o primeiro circuito cultural do estado. Sua idealização se deu no contexto de construção da Cidade Administrativa do estado que viria a abrigar todas as Secretarias que, até então, ocupavam as edificações históricas da praça. Durante este período, foram parcialmente restaurados alguns prédios que viriam a compor o Circuito e foram estabelecidas parcerias com instituições tanto públicas quanto privadas, como o Banco do Brasil e a MM Gerdal.

Essas parcerias também podem ser consideradas um marco - controverso - no período. Foi neste momento que o estado passou a fazer uso de Termos de Parceria com entidades públicas, privadas e do terceiro setor para a condução de algumas ações ou programas em Minas Gerais. Na cultura, essas parcerias se deram de forma a concatenar esforços para os projetos desenvolvidos por esses parceiros na área da cultura.

Um avanço institucional no âmbito da participação social foi a criação Conselho Estadual de Cultura (CONEP)<sup>7</sup> no ano de 2007. Este é um órgão colegiado, paritário, de caráter deliberativo, consultivo e também decisório em relação às decisões de tombamento. Sua composição conta com quinze representantes do poder público, de diversas áreas, e quatro da sociedade civil, com notório saber na área de patrimônio histórico. (MINAS GERAIS, 2007).

---

<sup>7</sup> Criado pela Lei Delegada 170, 25/01/2007.

Em 2008 foi dada continuidade aos debates estaduais para a construção do Plano e do Sistema Nacional de Cultura, com a realização da II Conferência Estadual de Cultura

Por fim, foram criados o PlugMinas e a Orquestra Filarmônica de Minas Gerais. O primeiro consiste em um equipamento de política que oferece à sociedade um espaço com cursos na área da cultura com foco na tecnologia. Já a Filarmônica oferece à população concertos de música sinfônica, de forma a promover a cultura no estado.

Nos últimos três anos da gestão de Aécio Neves, entre 2008 e 2010, passaram ainda pela Secretaria outros dois Secretários: Paulo Brant (2008-2010) e Washington Mello (2010). Durante este tempo, novas queixas surgiram na comunidade cultural devido à falta de experiência de ambos na área, que acabaram por refletir em certa inércia no âmbito da política, que vinha até então se expandindo e avançando.

Em 2011 foi eleito como governador Antônio Anastasia (2011-2014), que nomeou para a Secretaria de Cultura Eliane Parreiras (2011-2014). O Entrevistado C destaca que durante o período foram realizados projetos estratégicos vultosos, feitos principalmente a partir de parcerias com o terceiro setor, porém questionáveis do ponto de vista da democratização do acesso à cultura, uma vez que priorizavam as “belas artes”. Aqui, destaca-se que foi mantido da gestão anterior a estratégia de financiamento das políticas culturais a partir de parcerias com as entidades da área.

A continuação dos investimentos na política cultural pode ser atribuída ao interesse do governador em relação à cultura, à sua rede de relações na área e a disponibilidade de recursos dada a recuperação fiscal naquele momento. Nesse sentido, destaca-se que os esforços no campo advinham de uma agenda política e também pessoal do governador, que utilizou a área “como vitrine para o modelo gerencialista do governo e como laboratório de experimento para o uso de termos de parceria nas políticas públicas”, como pontuado pelo Entrevistado C.

Dessa maneira, o período foi marcado pela disponibilidade de financiamento para as atividades desenvolvidas pelas entidades públicas do Sistema de Cultura do estado, com poucas restrições orçamentárias para sua atuação.

Em termos de avanços institucionais no âmbito da participação social e democratização foi a criação Conselho Estadual de Cultura (CONSEC)<sup>8</sup> no ano de 2011. Este é um órgão colegiado, paritário, de caráter deliberativo, propositivo e consultivo e também de assessoramento da Secretaria de Estado da Cultura. Dessa maneira, é composto por onze representantes do poder público e onze da sociedade civil, ligados à área da cultura. Assim configura uma instância participativa na Secretaria, voltada para o acompanhamento da elaboração e da implementação das políticas culturais no estado, de modo a possibilitar o controle social na área (MINAS GERAIS, 2011).

Além disso, foi realizada em 2013 a III Conferência Estadual de Cultura e, alguns meses depois, feita aderência de Minas Gerais ao Sistema Nacional de Cultura, sendo ele o último estado da federação a fazê-lo. Essa demora foi atribuída pelo Entrevistado G a divergências político partidárias com o governo federal, enquanto a Entrevistada C atribui o fato à falta de clareza em relação aos possíveis ganhos do estado com essa adesão.

Como consequência dessa vinculação, foi criado o programa Minas Território da Cultura. Seu objetivo era incentivar que os municípios mineiros aderissem ao Sistema e discutir nos diferentes territórios a elaboração do Plano Estadual da Cultura, considerando as realidades locais. A partir do programa foram realizados encontros com a comunidade cultural e as gestões de parte dos municípios de todas as macrorregiões, com ações de capacitação e orientação para a formulação de políticas culturais e dos instrumentos de planejamento, além de discussões a respeito das próprias políticas, de modo a aproximar as gestões locais e a estadual. Seus objetivos consistiam em:

promover o desenvolvimento regional por meio da cultura; valorizar e divulgar a diversidade cultural de cada uma das regiões de Minas; conferir visibilidade e aumentar a demanda pelas ações e programas da SEC e de seus parceiros; incentivar parcerias públicas e com a iniciativa privada; promover a circulação de bens culturais e a capacitação e o aperfeiçoamento visando à sustentabilidade social e cultural (MINAS GERAIS, 2013)

Ao fim dos encontros foi criado o Fórum Permanente das Microrregiões “como um legado da memória do programa Minas Cultural” (Entrevistada D), de

---

<sup>8</sup> Foi criado pela Lei Delegada n 180, de 20 de janeiro de 2011.

manutenção do diálogo entre as esferas para a formulação de políticas culturais e revisões do Plano Estadual de Cultura, a serem feitos a cada quatro anos.

A finalização e a aprovação do Plano se deu apenas no ano de 2015, já durante o governo de Fernando Pimentel (2015-2018), sob a gestão de Ângelo Oswaldo (2015-2018) na Secretaria de Cultura. O Plano, conforme mencionado, foi produto de extensas discussões com os poderes públicos locais e com a comunidade cultural de todo o estado, de forma que considera grande parte das manifestações culturais mineiras em suas diretrizes. Sua aprovação no âmbito legislativo ocorreu em 2017, pela Lei nº 22627, cujo texto trata da garantia dos direitos culturais presentes na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual de 1989, além de estabelecer dezoito objetivos para guiar a política cultural no estado. Nos objetivos dessa legislação, que constitui um marco normativo, estão contidas a necessidade de consolidação, ampliação e aperfeiçoamento das políticas públicas culturais, a democratização destas para as mais diversos segmentos da cultura mineira e a interiorização da atuação pública na cultura, de forma a reduzir a concentração territorial dessas políticas.

No período, também foi instituído o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento de Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva por meio da Lei nº 22.944, de 15/01/2018. A legislação cria formalmente um Sistema de Cultura do estado que compreende a Secretaria de Estado da Cultura, as instâncias de articulação, pactuação e deliberação na área e os instrumentos de gestão.

Em relação ao Sistema de Financiamento, foram feitas revisões da Lei de Incentivo à Cultura (LEIC) e do Fundo Estadual de Cultura (FEC) que o compõem. No que se refere à LEIC, passou a haver na legislação a possibilidade de uma contrapartida 50% menor, ou seja de 2,5%, destinado ao financiamento de projetos realizados fora da capital do Estado, em um esforço de interiorização da política cultural. O Entrevistado E destacou a relevância dessa mudança para alocar mais recursos nos projetos culturais fora de Belo Horizonte, considerando que “80% desses recursos estão concentrados na capital, sobrando apenas 20% para o restante dos municípios”. Essa mudança constitui um avanço institucional devido ao seu potencial de impacto, uma vez que, ainda de acordo com o entrevistado, “este é o principal mecanismo de financiamento à cultura em Minas Gerais”.

A revisão do FEC foi realizada “na esteira da aprovação do Plano Estadual de Cultura, em uma tentativa de fortalecê-lo” considerando o momento de crise fiscal que o estado se encontrava, como posto pelo Entrevistado D.

Nesse contexto, foram acrescentadas novas modalidades de financiamento para o Fundo, de modo a ampliar as possibilidades de captação para o fundo por meio também de pessoas físicas e jurídicas de direito público (MOREIRA, 2018).

### **5.3 Continuidades e discontinuidades no contexto recente**

Em 2019 se inicia uma nova gestão no estado de Minas Gerais, tendo à frente do governo Romeu Zema (2019-atual). Na reforma administrativa logo definida pelo governo, com o intuito declarado de “enxugar” a máquina estatal, a Secretaria de Estado de Cultura foi fundida com a Secretaria de Turismo, criando então um novo órgão, a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (SECULT). Cabe destacar que no nível federal também foi estabelecida uma relação institucional entre as áreas da cultura e do turismo, com a alocação da Secretaria Especial de Cultura no Ministério do Turismo.

Para dirigir a pasta foi empossado Marcelo Matte (2019-2020), três meses após o início do governo. O Entrevistado E destaca que este período de ausência de representante na pasta configurou um vácuo de poder na Secretaria. Neste contexto, ressalta ainda que os processos e os pagamentos da Secretaria que exigiam a assinatura do Secretário sofreram atraso durante estes meses, como os pagamentos de fornecedores em alguns museus. Porém, mesmo não havendo ainda uma definição de planejamento e programas na Secretaria, ressalta que “aquilo que estava institucionalizado deu andamento [sic], só o que estava na lei foi cumprido, como o lançamento dos editais da LEIC”.

No início de 2019 foram feitas exonerações de um número significativo de servidores do estado, fato que prejudicou a condução das políticas na Secretaria. O Entrevistado F pontua que alguns servidores que foram mantidos passaram a assumir diferentes funções simultaneamente e a equipe teve dificuldades em realizar as atividades da Secretaria, como por exemplo na elaboração e execução dos

editais da Lei Aldir Blanc. Com a perda da mão de obra treinada e com conhecimento institucional, foi prejudicada a capacidade técnica e de gestão na pasta, além de descontinuidade da condução da política e instabilidade institucional.

Com a posse do Secretário, o projeto do governo de “enxugamento” do Estado refletiu na elaboração das políticas da Secretaria. Foram criados programas com diretrizes mais amplas do que os das as gestões anteriores, de orientação pouco específicas, de forma a abarcar as diferentes ações da Secretaria. Na perspectiva do Entrevistado D, essa característica favorece a atividade de monitoramento dos programas por parte do governo, enquanto para a Entrevistada B evidencia a “ausência de planejamento claro e efetivo para a condução das políticas culturais”.

As diretrizes estabelecidas para o novo órgão envolvem a utilização da cultura em favor da promoção turística e do turismo associado à promoção das manifestações culturais do estado. Para o Entrevistado F, a junção dessas duas áreas em uma Secretaria “não oblitera a política cultural e valoriza a cultura, já que 72% do turismo de Minas é um ‘turismo cultural’”. Nesse sentido, ele destaca a importância da cultura para a promoção turística do estado e, assim, o fortalecimento e expansão do mercado nas duas áreas.

No ano de 2020 o até então Secretário deixou o cargo e Leônidas Oliveira (2020-atual) assumiu a pasta em maio, no contexto da pandemia de Covid-19. O Entrevistado D destaca que na primeira gestão havia um plano para a condução das políticas, mas que não se consolidou no planejamento devido à saída do Secretário. Já na segunda gestão, não reconhece um projeto definido para as políticas. Neste sentido, a Entrevistada B afirma que há uma “desimportância, desarticulação e desestruturação da secretaria”.

A isto se soma os efeitos do desmantelamento da política nacional de cultura no nível estadual que, de acordo com o Entrevistado D, foram “catastróficos, porque não tem havido repasses da Lei Rouanet, de modo que alguns centros culturais do estado tiveram que ser fechados”

Durante o período das duas gestões, até agora, não houve avanços significativos nas políticas culturais. De acordo com o Entrevistado D, as inovações se deram no âmbito de divulgação das políticas já existentes, como por exemplo os

editais do Fundo Estadual de Cultura que agora formam o programa “Arte Salva”, sem incremento de resultados ou entregas nas ações. O foco do governo se volta para o marketing, com peças publicitárias e presença nas redes sociais que, de acordo com o Entrevistado F, são utilizados de maneira a “promover o consumo da cultura no estado”.

Além disso, não houve também criação de novas estruturas ou instrumentos para a política cultural. Porém, o Entrevistado F aponta que um possível avanço institucional na Secretaria seria a atualização da Lei de Incentivo a Cultura e do FEC, a partir do projeto Descentra Minas, que vem sendo elaborado com o objetivo de fortalecer e ampliar democratização e interiorização do financiamento da cultura no estado. De acordo com o entrevistado, há também a previsão de um decreto para adicionar à legislação das Instâncias de Governança Regionais (IGRS) a palavra cultura, de maneira que essas regionais possam atuar juntamente dos municípios para a formulação e implantação de políticas culturais.

Mesmo sem avanços, o sistema de cultura do estado mantém as estruturas que foram criadas e consolidadas ao longo dos anos. Hoje este sistema estadual de cultura é composto pela Secretaria, por sete instituições vinculadas, três conselhos e um fundo de financiamento, organizados no quadro abaixo:

Quadro 3: Sistema Estadual de Cultura

<b>Sistema Estadual de Cultura</b>
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo
Arquivo Público Mineiro
Biblioteca Estadual
Instituto Estadual de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico - Iepha-MG
Fundação Clóvis Salgado
Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop
Rede Minas
Rádio Inconfidência
Conselho Estadual de Patrimônio Cultural - Conep
Conselho Estadual de Política Cultural - Consec

Conselho Estadual de Arquivo

Fonte: Elaboração própria

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a traçar a trajetória de institucionalização da política cultural de Minas Gerais enfatizando o período a partir da criação da Secretaria, que constitui um marco importante.

Partiu-se de uma breve revisão teórica do neoinstitucionalismo, com o foco em sua vertente histórica e nos conceitos de trajetória e institucionalização, que se desdobram no modelo analítico, que visa a identificar os marcos de institucionalização da política em foco.

Foi realizada também uma revisão no campo de pesquisa das políticas culturais brasileiras, de forma a contextualizar a trajetória da política estadual e identificar momentos de convergências e divergências entre as duas. Também recorreu-se a uma pesquisa documental nos arquivos dos poderes Executivo e Legislativo do estado, principalmente para o levantamento dos Planos Plurianuais de Governos (PPAG) e as legislações referentes à cultura. Foram feitas também entrevistas com informantes que atuaram na política cultural a partir da Secretaria, de forma a dotar a pesquisa de perspectiva política.

Dessa maneira, temos que os primeiros esforços nacionais direcionados para a cultura se concentram na radiodifusão, com a regulamentação do setor em 1932. No período, houve um esforço de criação de uma unidade nacional por parte do governo Vargas, fazendo uso dos meios de comunicação de massa (CALABRI, 2011). Esta estratégia varguista se refletiu no estado de Minas Gerais com a criação da Rádio Inconfidência no ano de 1936.

No ano seguinte, em 1937, é criado o IPHAN, o primeiro marco institucional de política cultural no país. O foco então era a preservação do patrimônio histórico, em consonância com o movimento modernista que se consolidava nas artes à época e o projeto do governo de afirmação da identidade nacional. Outros avanços nacionais no período consistiram na criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), do Instituto Nacional do Livro (INL) e, em 1938, o primeiro Conselho Nacional de Cultura. No estado ressoou o investimento nacional na preservação patrimonial e, apesar de não terem sido criadas quaisquer

instituições neste sentido durante a época, foram financiados pelo governo alguns programas de salvaguarda do patrimônio desenvolvidos pela sociedade civil.

Os próximos marcos se concentram nos anos 50, quando em 1953 a cultura passa a constituir a estrutura do executivo nacional, juntamente com a educação, a partir da criação do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Alinhado a este esforço de conjugação das duas áreas no nível institucional, foi criado em Minas Gerais a Universidade Mineira das Artes e a Biblioteca Estadual do estado no ano de 1954.

Em 1961 é criado o Conselho Nacional de Cultura, como um órgão diretamente subordinado à Presidência da República, para a elaboração de planos nacionais de cultura (CALABRI, 2016), de forma a dar institucionalidade à política cultural brasileira. No ano de 1963 surge em Minas Gerais a Secretaria de Estado de Trabalho e Cultura Popular, que alça a cultura a um novo patamar no governo e mantém um Conselho de Cultura Popular para subsidiar as ações da Secretaria, em um avanço institucional para a área similar ao governo nacional.

Durante o período de ditadura militar, foi criado em 1966, em nível nacional, o Conselho Federal de Cultura e, em nível estadual, o Conselho Estadual de Cultura. Este passou a assumir as funções desempenhadas pela extinta Secretaria de Estado de Trabalho e Política Cultural na área. Um outro marco institucional no estado nesta década foi a criação da FAOP em 1969 e a criação da Fundação Palácio das Artes, em 1970.

Ainda neste ano foi realizada a Conferência de Brasília, em um encontro nacional convocado pelo MEC para demandar a ação coletiva dos estados juntamente com a União para fortalecer “a proteção dos bens culturais de valor nacional” (IPHAN, 1970), em um esforço oficial de alinhar as políticas nacionais e estaduais na área. A partir disso, foi criada em 1971 a Fundação Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - FEPHAIMG.

Como abordado, a década de 1970 foi marcada pela criação de conselhos setoriais de cultura no governo nacional e, de acordo com Micelli (1984), iniciou-se a formalização de diretrizes para as atividades a serem desenvolvidas na área, em um esforço de planejamento e consolidação dessas ações por meio do Plano Nacional de Cultura. Neste momento, a cultura no estado passa a ocupar um

lugar de maior relevância institucional com a criação da Coordenadoria de Estado da Cultura em 1975 que se ocupava de coordenar as atividades das entidades estaduais na área da cultura e do patrimônio histórico e artístico do estado, novamente alinhado com o nível nacional.

Com o processo de redemocratização e as eleições estaduais diretas em, foi criado em 1983 a Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais. No nível nacional, o marco institucional equivalente ocorreu apenas em 1985, após as eleições para a presidência, com a criação do Ministério da Cultura. Esses marcos constituíram um avanço relevante para a institucionalização da política cultural no país por reunirem em um só órgão o planejamento, a gestão e as entidades da cultura de cada ente.

A promulgação da Constituição Federal em 1988 constituiu um avanço relevante na medida que passou a ser reconhecido os direitos culturais universais para a população, prevendo a garantia do Estado ao pleno exercício destes direitos e o seu apoio e incentivo às manifestações culturais. Além disso, a legislação amplia o conceito de cultura em concordância com uma noção antropológica que abarca todas e quaisquer manifestações humanas. Neste sentido, é promulgada em 1989 a Constituição Estadual mineira, que reitera a noção ampliada de cultura e a obrigação do Estado em garantir a todos o exercício dos direitos culturais. A Carta também determina a criação de um fundo de desenvolvimento da cultura para viabilizar a garantia desses direitos.

Até então, os marcos institucionais da política estadual são em sua maioria coincidentes com os da política nacional, de maneira bem alinhada temporalmente, como sendo quase uma resposta rápida aos avanços ocorridos no nível nacional. Por volta dos anos 90, após a criação da Secretaria, a relação entre a trajetória das duas políticas passou a ter correspondência relativamente menor. Algumas mudanças de avanços e de retrocessos em Minas Gerais ocorreram antes mesmo de se darem em nível nacional a partir deste momento.

Isto pode ser observado na condução da política durante os anos de governo de Newton Cardoso em Minas Gerais (1987-1991), que limitava-se a uma noção mercantilizada de cultura e tratava com desdém as instituições públicas de cultura. Os esforços se deram no sentido de retroceder a atuação pública na área e de

enfraquecimento de sua estrutura institucional. Neste mesmo sentido, a partir de 1991, a política nacional passou por um processo de desmantelamento durante o governo Collor (1990-1992), com a extinção do Ministério da Cultura e de outras entidades públicas da área. Além disso, a visão da cultura enquanto mercadoria também era compartilhada por este governo. A partir desta noção é criada a Lei Rouanet, que transfere ao mercado a função de alocação de recursos públicos na cultura.

Essa coincidência entre as políticas, ocorrida primeiro no nível estadual, pode ser atribuída ao papel do surgimento de novas ideias na arena política e na sociedade enquanto motor das mudanças nas políticas, conforme a base de pensamento da teoria de *bounded innovation* de Weir (1994). Durante este momento as ideias neoliberais estavam ganhando espaço na opinião pública e nos ambientes de poder no Brasil, culminando na própria eleição de Newton Cardoso e de Collor e refletindo na condução das políticas públicas do período.

Nas gestões seguintes, os marcos institucionais de ambas as políticas convergem no sentido de reafirmação institucional da área no Estado, no âmbito do financiamento e no direcionamento de ações para a área do audiovisual. No governo federal foi recriado o Ministério da Cultura, em 1992, e aprovada a Lei do Audiovisual em 1993. Durante este período, até a eleição de Lula em 2003, o principal mecanismo usado para financiar a cultura era a Lei Sarney, que se utilizava do mecanismo de renúncia fiscal. Em Minas Gerais, foi criada a TV Minas Cultural, em 1994, e em 1996 foi criado o Fundo Estadual de Apoio à Indústria Cinematográfica e feita a reestruturação da Secretaria, por meio da Lei 12.221, de 01/07/1996.

Em uma divergência entre os marcos nos dois níveis, é criado em 2000 no governo federal o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), enquanto no estado se cria no mesmo ano o Fundo Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico (FUNPAT). Cabe lembrar que o Secretário à época - Ângelo Oswaldo - tinha um histórico de atuação no âmbito do patrimônio. A isto, corrobora a observação de um dos entrevistados de que a condução da política cultural depende de vontade política e da preferência das pessoas que ocupam as

centrais da Secretaria. Dessa maneira, destaca-se a relevância dos atores para o direcionamento e para as mudanças na política ao longo do tempo.

É principalmente durante a primeira década do século XXI que se identifica o papel dos atores do alto escalão do governo para os avanços dessas políticas. Conforme apontado durante o trabalho, a cultura era uma área de interesse político e pessoal dos governantes do período e isto refletiu nos marcos institucionais de criação da Orquestra Filarmônica e do Circuito Liberdade, por exemplo. Neste período pôde-se identificar também que há influência dos atores da comunidade cultural e da sociedade civil na Secretaria quando houve duas mudanças de representantes da pasta em resposta às insatisfações do setor. Porém, dados os limites da pesquisa, que ocupou de estudar a trajetória da política a partir da perspectiva institucional, não é possível fazer uma avaliação deste ponto no trabalho.

Em relação ao nível nacional, as políticas se deram de maneira consonante, mesmo com a aderência tardia do estado ao Sistema Nacional de Cultura pelo estado. No período, o estado realizou três Conferências estaduais para a discussão dos Planos e Sistemas de cultura e a condução da política se deu sob as diretrizes de democratização e interiorização, assim como ocorria no governo federal. Os marcos institucionais e as ações da Secretaria neste período foram permeados por essa orientação, a exemplo da criação do Fundo Estadual de Cultura em 2006 e a adoção do Programa Cultura Viva do governo federal, que resultou em 100 pontos de cultura no estado em.

A década seguinte é marcada por retrocessos na política, iniciados no nível federal, com a extinção do Ministério da Cultura em 2016, após Temer assumir o governo. Apesar de ter sido recriado no mesmo ano, houve um esvaziamento da pasta por meio da exoneração de servidores e da redução do orçamento destinado à área. Em Minas Gerais o esforço se dava no sentido oposto do desmantelamento, a exemplo criação do Sistema Estadual de Cultura em 2018, em um esforço de fortalecer institucionalmente a política cultural no estado.

A partir de 2019, com a eleição de Bolsonaro no governo federal, o Ministério da Cultura foi novamente extinto e suas funções alocadas em uma Secretaria subordinada ao Ministério do Turismo. Além desta redução de status institucional da

cultura, há investidas de destruição da política cultural por meio do esvaziamento das entidades federais de cultura, principalmente por meio de cortes orçamentários e exonerações, do abandono do Sistema Nacional de Cultura, das reiteradas censuras e na paralisação dos repasses da Lei Rouanet.

Em Minas Gerais, o que se observa hoje é a conjugação da cultura com o turismo, assim como no governo federal. A política cultural no estado tem se dado em função da promoção e desenvolvimento do turismo e do mercado, com foco no marketing das ações desenvolvidas, mas sem quaisquer avanços institucionais. Como efeito direto da ausência do governo federal na área, o estado tem planejado atualizar os mecanismos locais de financiamento à cultura, de forma a suplantar a falta de repasses federais por meio da Lei Rouanet.

Considerando o que foi apresentado, conclui-se que as mudanças na política cultural do estado estabelece uma relação de diálogo com a política nacional, porém de maneira mais independente após o marco de criação da Secretaria de Estado da Cultura. A condução da política federal tem reflexos no nível estadual durante toda sua trajetória, mas as mudanças ocorridas na política local não podem ser consideradas reflexos ou respostas apenas ao governo nacional. Essas mudanças são também estimulados por idéias presentes no ambiente político e na sociedade e pelo interesse e pressão de atores da administração pública estadual e da comunidade cultural.

Neste sentido, para os trabalhos futuros, cabe aprofundar a pesquisa da trajetória tendo como foco a relação dos atores, comunidades epistêmicas e empreendedores de política na área, de forma a identificar seus papéis na trajetória e na formação de agenda para inovações e resistências a processos de desmantelamento. Ainda, é possível adensar o estudo na relação entre as políticas nacional e estadual do ponto de vista institucional, podendo também estender aos níveis locais, de forma a identificar em que medida há isomorfismo entre elas.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Luiza. Michael W. Bauer e outros (2012), Dismantling Public Policy. Preferences, Strategies And Effects. SPP, n.84, p.141-144, 2017.
- BARBALHO, Alexandre. **Política Cultural em tempo de crise: Ministério da Cultura no Governo Temer**. Revista de Políticas Públicas, v. 22, n. 1, 2018.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 2, p. 73 - 83, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). 53ª edição. Brasília: Edições Câmara, 2018.
- BRASIL. **Cultura: discurso de posse do ministro da cultura**. Jan. 2003
- CALABRE, Lia. A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam. **Extraprensa**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 7 - 21, jan. - jun. 2020.
- CALABRE, Lia. Política Cultural em tempos de democracia: a era Lula. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p.137-156, jun. 2014.
- CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanços e perspectivas. *In*: RUBIM, Antonio; BARBALHO, Alexandre (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. Coleção CULT, p. 87- 107.
- CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao Século XXI**. Editora FGV, São Paulo, 2009.
- CELLARD, A. A análise documental. *In*: Poupart, J.; Deslauriers, J.; Groulex, L.; Laperriere, A.; Mayer,R.; Pires, A. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. São Paulo, Vozes, 2008.
- CANEDO, Daniele. **“Cultura é o quê?” - Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos**. *In*. ENECULT, V., 2019, Salvador.
- CERQUEIRA, Amanda. **Política Cultural e “crise” no governo Temer**. Revista Novos Rumos, v.55, n.1, 2018.
- CESAR, Ana Cristina Cruz. **Literatura não é documento**. FUNARTE, Rio de Janeiro, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. 2 ed. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 23, 1995

CUNHA, Francisco; RIBEIRO, Sabrina. Federalismo brasileiro: significados para a cultura. *In*. BARBALHO, Alexandre; BARROS, José; CALABRE, Lia. (org.). **Federalismo e políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013. Coleção CULT, p. 13 - 42.

CUNHA, N. **Dicionário Sesc: A linguagem da cultura**. Perspectiva/Sesc, Sao Paulo, 2003.

JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Gestão ou Gestação Pública da Cultura: algumas reflexões sobre o papel do Estado na produção cultural contemporânea. *In* **Políticas Culturais do Brasil**, EDUFBA, Salvador, 2007.

FERNANDES, Talita. Secretário especial da Cultura deixa cargo e diz que governo tenta impor censura. **Folha de São Paulo**, 21 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2UHMKD5>>. Acesso em: nov.2021.

FREITAS, Sara; TARGINO, Janine; GRANATO, Leonardo. **A política cultural e o governo Bolsonaro**. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*. v. 10, n. 1, 2012.

FERNANDES, Antônio. Path Dependency e os Estudos Históricos Comparados. **BIB**, São Paulo, n. 53, p. 79-102, 2002.

GIL, Antônio. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IPHAN. Compromisso de Brasília. abril, 1970. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>> Acesso em: out. de 2021

KATO, Junko. *Institutions and Rationality: Three Varieties of Neo-Institutionalists*. **British Journal of Political Science**, n.26, p.553 – 582, 1996.

LEVI, Margaret. *A Model, a Method and a Map: Rational Choice in Comparative Analysis*. *In*. LICHBACH, Mark IRVING; ZUCKERMAN, Alan (eds.). **Comparative Politics: Rationality, Culture and Structure**. Nova York: Cambridge University Press, 1997.

MATA-MACHADO, Bernardo N. **Direitos humanos e direitos culturais**. 2007. Disponível em:

<<https://issuu.com/centrodepesquisaeformacao/docs/direitos-humanos-e-direitos-cultura>>. Acesso em: 28 de abril de 2020.

MENICUCCI, Telma; BRASIL, Flávia. Construção de agendas e inovações institucionais: análise comparativa da reforma sanitária e da reforma urbana. **Estud. sociol.**, Araraquara, v. 15, n. 29, p.369-396, 2010.

MINAS GERAIS. Decreto 7358, de 02/02/1964. Da Competência e Organização da Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular. Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&numero=7358&comp=&ano=1964&aba=js\\_textoOriginal](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&numero=7358&comp=&ano=1964&aba=js_textoOriginal)>. Acesso em: out. 2021

MINAS GERAIS. Inventário do Fundo Secretaria de Governo do Estado de Minas Gerais. 2005. Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos\\_colecoes/SEG/INVENTARIO\\_DO\\_FUNDO\\_SECRETARIA\\_DE\\_ESTADO\\_DO\\_GOVERNO\\_SEG.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos_colecoes/SEG/INVENTARIO_DO_FUNDO_SECRETARIA_DE_ESTADO_DO_GOVERNO_SEG.pdf)> Acesso em set. 2021.

MINAS GERAIS. Lei 17.615, de 04/07/2008. Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado. Disponível em: <[http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao\\_tributaria/leis/2008/l17615\\_2008.html](http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/leis/2008/l17615_2008.html)>. Acesso em: out. 2021.

MOREIRA,, Bárbara de Oliveira. **A lei 22 944 de 2018 e o redesenho dos instrumentos de financiamento à cultura de Minas Gerais: potenciais e limites do Fundo Estadual de Cultura.** Monografia de conclusão de Curso de Graduação (Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2018.

PIERSON, Paul. *Increasing Returns, Path Dependency, and Study of Politics.* **American Political Science Review**, v. 94, n.2, p. 251-267, 2000.

PMDB. Uma ponte para o futuro. Brasília, 29 out., 2015. <Disponível em: ,<https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: out. 2021.

POWELL, Walter; DIMAGGIO, Paul. **The new institutionalism in organizational analysis.** EUA: *University of Chicago Press*, 1991.

RESENDE, Douglas. Hora de balanço: Setor cultural opina sobre os oito anos de governo Aécio Neves, levanta falhas e conquistas e aponta que critério de escolha dos secretários é questionável. O Tempo, 03/07/2010. Disponível em:

<<https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/hora-de-balanco-1.24071>: Acesso em: out. 2021.

ROSA, Eleonora Santa. Eleonora Santa Rosa. Disponível em:

<<https://www.santarosacultural.com.br/uploads/b9865631dc497a8049adc0616570ea23.pdf>>. Acesso em: nov.2021.

RUBIM, Antônio. Desafios e dilemas da institucionalidade cultural no Brasil.

**MATRIZES**, São Paulo, v.11, n. 2, p. 57 - 77, maio - ago. 2011.

RUBIM, Antônio. Políticas culturais no governo Lula. In Políticas Culturais no Governo Lula. EDUFBA, Salvador, 2010.

RUBIM, Antônio. Políticas culturais no primeiro governo Dilma: Patamar rebaixado. In Políticas Culturais no Governo Dilma. EDUFBA, Salvador, 2015.

RUBIM, Antônio; ROCHA, Renata. Políticas de cultura e comunicação do Ministério da Cultura no governo Lula. REB - Revista de estudios brasileiros . vol. 4, n. 8, 2017

SANTOS, José. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006. Coleção primeiros passos.

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA. Secretaria. Ministério do turismo, Governo do Brasil. 2020. Disponível em: < <http://cultura.gov.br/secretaria/> >. Acesso em: nov. 2021.

SILVA, Paulo Sérgio de Souza. Políticas Culturais em Instituições Arquivísticas: difusão, preservação e acesso ao patrimônio cultural em Minas Gerais. Anais do I Colóquio de Lahes, UFJF. Juiz de Fora, jun., 2005.

UNESCO. Declaración de México sobre las Políticas Culturales. In. **Conferência Mundial Sobre Políticas Culturais**. Mondiacult: UNESCO, 1969.

VERGARA, Sylvia. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VITÓRIA, José *et al.* Estado, Políticas Públicas e os Desafios para a Descentralização: a Experiência da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. **Administração Pública e Gestão Social**. vol. 7, n. 4, p.206 - 217, out - dez. 2015.

WEIR, Margareth. *Ideas and the politics of bounded innovation*. In. STEIMO, Sven; THELEN, Kathleen; LONGSTRETH, Frank. (org.). **Structuring Politics: Historical**

***Institutionalism in Comparative Analysis***. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. *Cambridge Studies in Comparative Politics*, p. 188 - 217.